

Vittia S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	21
Balancos patrimoniais	25
Demonstrações de resultados	26
Demonstrações de resultados abrangentes	27
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	28
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	29
Demonstrações do valor adicionado	30
Notas explicativas às demonstrações financeiras	31



RELATÓRIO DE RESULTADOS
4T24 e 2024
(Earnings Release / 4T24 e 2024)



São Joaquim da Barra, 13 de março de 2025. A Vittia S.A. (B3: VITT3) ("Vittia" ou "Companhia"), empresa brasileira de biotecnologia (defensivos biológicos e inoculantes) e nutrição especial de plantas com soluções para diversas culturas agrícolas, anuncia os resultados do quarto trimestre de 2024 ("4T24") e do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("2024").

Destaques do 4T24 e 2024



A receita bruta ajustada do segmento de biológicos atingiu **R\$ 95,7** milhões no 4T24 (+22,5% vs. 4T23) e **R\$ 249,3** milhões em 2024 (+0,4% vs. 2023), sendo que a linha de defensivos biológicos registrou **R\$ 76,0** milhões no 4T24 (+38,8% vs. 4T23) e **R\$191,7** milhões em 2024 (+16,1% vs. 2023)

A receita líquida totalizou **R\$ 255,8** milhões no 4T24 (+5,1% vs. 4T23) e **R\$ 786,6** milhões em 2024 (+4,0% vs. 2023)



O EBITDA ajustado totalizou **R\$ 61,3** milhões no 4T24 (+36,9% vs. 4T23) e **R\$ 133,3** milhões em 2024 (-6,0% vs. 2023)

O resultado líquido totalizou **R\$ 46,4** milhões no 4T24 (+12,4% vs. 4T23) e **R\$ 75,3** milhões em 2024 (-22,6% vs. 2023)



Os investimentos somaram **R\$ 6,2** milhões no 4T24 (-48,1% vs. 4T23) e **R\$ 32,8** milhões em 2024 (-34,7% vs. 2023)

Nossos Negócios

Atuamos em quatro divisões de produtos, que são os nossos segmentos reportáveis: Fertilizantes Foliares e Produtos Industriais; Micros de Solo; Condicionadores de Solo e Organominerais; e Produtos Biológicos. Estas divisões possuem uma administração centralizada, composta pelo mesmo centro administrativo, incluindo Conselho de Administração e Comitês Acessórios, Diretoria, Sistemas Operacional e de Controle, Tecnologia e Pessoas, entre outros. Contamos com equipes especializadas e capacitadas que objetivam disponibilizar produtos de qualidade e diferenciados para atendimento contínuo das demandas de mercado, com foco em produtividade superior, performance financeira e dentro de uma matriz ESG.

Mensagem da Administração

Encerramos 2024 com um crescimento de 4,0% em nossa receita líquida consolidada, revertendo a queda de 11,2% registrada em 2023 — um ano marcado por fortes ajustes em toda a cadeia agrícola. Apesar das expectativas positivas, impulsionadas pela perspectiva de um recorde na produção para a safra 2024/25, o ano foi permeado por desafios. Produtores e distribuidores seguiram em um processo de readequação de suas operações, ainda sentindo os impactos dos ajustes iniciados no ano anterior. Além disso, o ambiente de crédito se deteriorou significativamente, com aumento expressivo das recuperações judiciais no setor e elevação dos custos de financiamento.

A Vittia obteve êxito em suas estratégias para enfrentar o cenário turbulento do agronegócio brasileiro. Ao longo do ano, lidamos com forte pressão sobre preços e, consequentemente, sobre margens em todas as nossas linhas de produto. Nossa resposta foi focada no aumento de volumes, alavancando nossa escala e capacidade produtiva. Esse movimento resultou em crescimento em quatro das seis linhas de produtos, com destaque para o crescimento ajustado de 16,1% na receita bruta ajustada da linha de defensivos biológicos. Paralelamente, tivemos sucesso no controle de despesas, encerrando o ano com um aumento de apenas 0,8% no nosso SG&A. Como reflexo dessas ações, registramos uma queda controlada de 6,0% no EBITDA ajustado — um recuo significativamente inferior à retração de 34,9% observada em 2023.

Vale destacar que, mesmo diante da retração do mercado, priorizamos o aumento da eficiência sem comprometer estruturas críticas ou reduzir investimentos essenciais para o nosso crescimento de longo prazo. Mantivemos praticamente estáveis os gastos com P&DI, com uma leve redução de apenas 1,1%. Durante o ano, avançamos significativamente em inovação, conquistando 13 novas recomendações de uso/alvos biológicos registrados e lançando, em novembro de 2024, o multissítio Triunfe. Este produto apresenta diferenciais competitivos que o posicionam de forma única para se destacar nesse segmento. Com esse lançamento, ingressamos em um mercado consolidado e de grande potencial.

Além disso, mantivemos com sucesso nossa estratégia de fortalecimento e desenvolvimento do mercado de biológicos, com destaque para o programa BioVittia, focado na criação de campos 100% biológicos. Esse programa já está presente em 12 estados brasileiros, com mais de 80 campos demonstrativos implantados em quase 2.000 hectares. Por meio do BioVittia, alcançamos resultados excepcionais, como o aumento de produtividade de até 9,2 sacas/ha na cultura da soja, sem o uso de defensivos químicos, utilizando exclusivamente produtos biológicos da Vittia. Por fim, concluímos o *ramp-up* da nossa nova planta de macrobiológicos, que está pronta para contribuir positivamente a partir deste ano, reforçando ainda mais nossa posição de liderança e inovação no setor.

Mantivemos nossa estratégia pautada na disciplina e na solidez financeira. Mesmo em um cenário desafiador de mercado, a Vittia preserva seu histórico de baixa inadimplência, sustentando uma carteira de clientes saudável e de alta qualidade. Encerramos 2024 com uma alavancagem em nível bastante confortável, de 1,09x dívida líquida sobre o EBITDA ajustado. Reforçando nosso compromisso com a geração de valor, retornamos R\$ 77,8 milhões aos acionistas, sendo R\$ 38,2 milhões através do pagamento de proventos e R\$ 39,6 milhões investidos na execução do programa de recompra de ações.

Apesar de um cenário bastante desafiador, conseguimos encerrar o ano com crescimento de receita, manutenção de nossos projetos estratégicos e uma estrutura de capital robusta. Ao longo de 2024, no âmbito da execução de nossos programas de recompra, adquirimos 4,3% do capital — uma clara demonstração da confiança nas nossas estratégias e perspectivas futuras. Iniciamos 2025 com fundamentos mais favoráveis para o mercado de insumos. A safra 2024/25 está evoluindo de forma satisfatória, o câmbio tem favorecido a rentabilidade do produtor e os preços dos insumos estão próximos dos menores níveis históricos em termos reais. Com uma estrutura financeira sólida, um portfólio de soluções inovadoras e uma equipe altamente qualificada, estamos confiantes e preparados para a retomada do crescimento.

Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de R\$	4T24	4T23	Var %	2024	2023	Var %
Receita líquida	255.788	243.298	5,1%	786.619	756.109	4,0%
Custo do produto vendido	(161.487)	(158.361)	2,0%	(520.828)	(480.926)	8,3%
Lucro bruto	94.301	84.937	11,0%	265.791	275.183	(3,4%)
Margem bruta	36,9%	34,9%	2,0 p.p.	33,8%	36,4%	-2,6 p.p.
Despesas operacionais	(46.251)	(51.698)	(10,5%)	(177.549)	(176.205)	0,8%
Lucro (prejuízo) operacional	48.050	33.239	44,6%	88.242	98.978	(10,8%)
EBITDA ajustado	61.337	44.812	36,9%	133.282	141.747	(6,0%)
Margem EBITDA ajustado	24,0%	18,4%	5,6 p.p.	16,9%	18,7%	-1,8 p.p.
Resultado financeiro líquido	2.286	(2.342)	N/A	4.723	(4.664)	N/A
Imposto de renda e contribuição social	(3.966)	10.367	N/A	(17.663)	2.989	N/A
Resultado líquido	46.371	41.264	12,4%	75.303	97.303	(22,6%)
Margem líquida	18,1%	17,0%	1,1 p.p.	9,6%	12,9%	-3,3 p.p.
Investimentos (imobilizado e intangível)	6.188	11.917	(48,1%)	32.753	50.129	(34,7%)

Receita operacional

As receitas da Vittia correspondem substancialmente às linhas de produtos:

Receita bruta por linha de produto

Em R\$ milhares	4T24	4T23	Var %	2024	2023	Var %
Fertilizantes foliares	126.051	129.282	(2,5%)	390.764	359.480	8,7%
Micros de Solo	37.330	38.828	(3,9%)	165.050	155.576	6,1%
Produtos Industriais e Outros	12.834	9.098	41,1%	36.544	27.107	34,8%
Defensivos Biológicos	76.048	54.781	38,8%	200.459	165.057	21,4%
Inoculantes	19.693	23.365	(15,7%)	57.547	83.233	(30,9%)
Condicionadores de solo e Organominerais	11.931	14.523	(17,8%)	35.713	48.597	(26,5%)
Receita bruta	283.887	269.877	5,2%	886.077	839.049	5,6%

Durante o 2T24, a companhia reconheceu a receita e realizou o cancelamento de vendas de uma operação relevante no valor de R\$ 8,8 milhões. Assim, a receita bruta ajustada de Defensivos Biológicos em 2024 foi de R\$ 191,7 milhões, com uma variação de 16,1% em relação a 2023.

Para fins de informação por segmento, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração e que são segmentos reportáveis, as linhas de defensivos biológicos e inoculantes são consolidadas no segmento “Produtos biológicos”, bem como a linha de produtos industriais e outros é consolidada com a linha de fertilizantes foliares no segmento “Fertilizantes foliares e produtos industriais”.

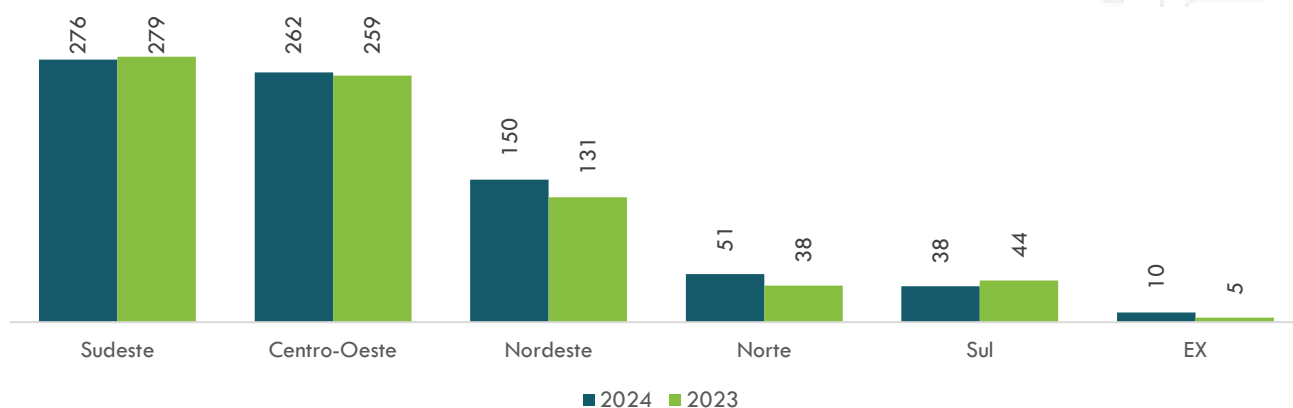
Receita operacional líquida por segmento

Em R\$ milhares	4T24	4T23	Var %	2024	2023	Var %
Fertilizantes foliares e produtos industriais	125.856	126.917	(0,8%)	388.485	351.291	10,6%
Micros de solo	34.268	35.326	(3,0%)	151.230	140.395	7,7%
Produtos biológicos	84.712	67.628	25,3%	214.044	219.446	(2,5%)
Condicionadores de solo e organominerais	10.951	13.427	(18,4%)	32.860	44.977	(26,9%)
Receita líquida	255.787	243.298	5,1%	786.619	756.109	4,0%

Distribuição geográfica

A Vittia está presente em todo o Brasil e no exterior, sendo suas vendas assim distribuídas:

Distribuição da receita líquida por região (R\$ milhões)



Lucro bruto e margem bruta

Em R\$ milhares	4T24	4T23	Var %	2024	2023	Var %
Fertilizantes foliares e produtos industriais	43.274	41.416	4,5%	114.099	110.382	3,4%
margem bruta	34,4%	32,6%	1,8 p.p.	29,4%	31,4%	-2,0 p.p.
Micros de solo	(2.523)	3.660	N/A	10.348	16.258	(36,4%)
margem bruta	(7,4%)	10,4%	-17,8 p.p.	6,8%	11,6%	-4,8 p.p.
Produtos biológicos	56.497	42.623	32,6%	146.990	157.543	(6,7%)
margem bruta	66,7%	63,0%	3,7 p.p.	68,7%	71,8%	-3,1 p.p.
Condicionadores de solo e organominerais	(2.948)	(2.762)	6,7%	(5.646)	(9.000)	(37,3%)
margem bruta	(26,9%)	(20,6%)	-6,3 p.p.	(17,2%)	(20,0%)	2,8 p.p.
Lucro bruto	94.301	84.937	11,0%	265.791	275.183	(3,4%)
margem bruta	36,9%	34,9%	2,0 p.p.	33,8%	36,4%	-2,6 p.p.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A)

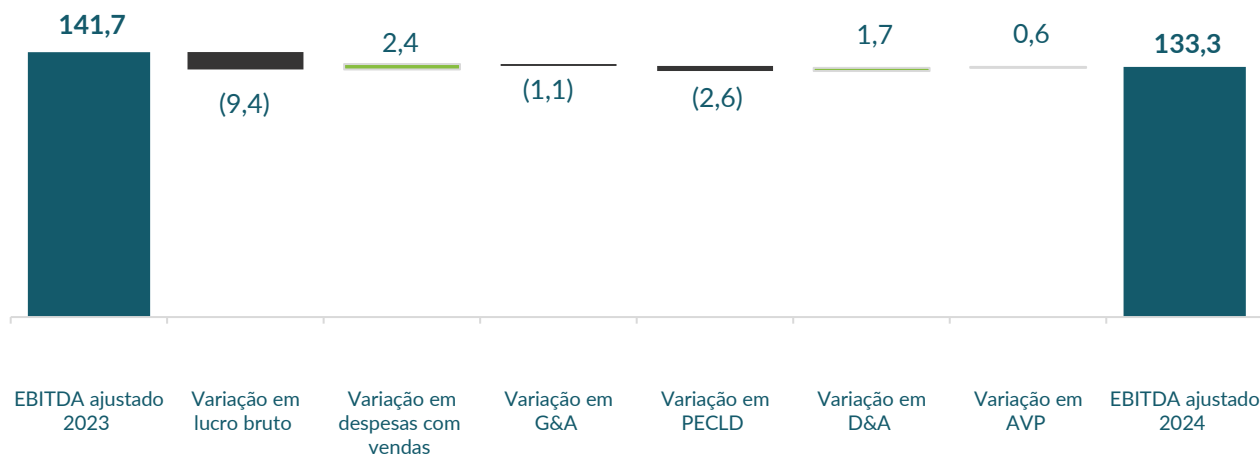
Em R\$ milhares	4T24	4T23	Var %	2024	2023	Var %
Despesas com vendas	(21.054)	(24.155)	(12,8%)	(79.735)	(82.157)	(2,9%)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.445)	(354)	308,2%	(358)	2.268	N/A
Gerais e administrativas	(25.925)	(27.129)	(4,4%)	(100.319)	(98.573)	1,8%
Outras receitas (despesas) operacionais	2.173	(60)	N/A	2.864	2.257	26,9%
Total SG&A	(46.252)	(51.698)	(10,5%)	(177.549)	(176.205)	0,8%
% receita líquida	18,1%	21,2%	-3,1 p.p.	22,6%	23,3%	-0,7 p.p.

O SG&A totalizou R\$ 177,5 milhões em 2024 (+0,8% vs. 2023) e correspondeu a 22,6% da receita líquida (-0,7 p.p. vs. 2023). A diminuição observada nessa linha no quarto trimestre deveu-se, principalmente, à redução de gastos com viagens e estadias da equipe de vendas, além de um menor volume destinado à participação em eventos promocionais e ações de divulgação. Encerramos o ano alinhados à nossa estratégia de contenção de despesas, priorizando o aumento de eficiência sem comprometer estruturas ou investimentos essenciais para a sustentação do nosso crescimento a longo prazo.

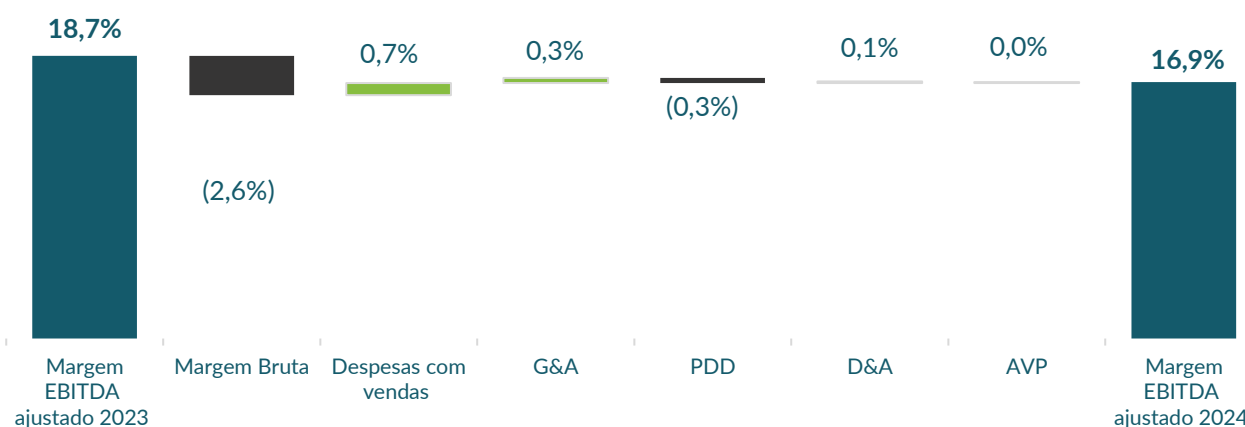
EBITDA e Margem EBITDA ajustados

A Companhia gerou um EBITDA ajustado (desconsiderando o ajuste a valor presente das contas a receber e eventos não recorrentes) de R\$ 133,3 milhões em 2024 (-6,0% vs. 2023), e margem EBITDA ajustado de 16,9% (-1,8 p.p. vs. 2023), sendo o principal fator a redução do lucro bruto.

Evolução do EBITDA ajustado (R\$ Milhões)



Evolução da margem EBITDA ajustado



(1) SGA: Despesas gerais, administrativas, outras e não recorrentes / PECLD: Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa / D&A: Depreciação e amortização / AVP: Ajuste a valor presente

Reconciliação entre lucro líquido e EBITDA ajustado

Em milhares de R\$, exceto %	4T24	4T23	Var %	2024	2023	Var %
Resultado líquido	46.370	41.264	12,4%	75.303	97.303	(22,6%)
(+) Imposto de renda e contribuição social	3.966	(10.367)	N/A	17.663	(2.989)	N/A
(+) Resultado financeiro, líquido	(2.286)	2.342	N/A	(4.723)	4.664	N/A
(+) Depreciação e amortização	5.679	5.018	13,2%	21.907	20.248	8,2%
EBITDA (i)	53.728	38.257	40,4%	110.149	119.226	(7,6%)
Margem EBITDA (i)	21,0%	15,7%	5,3 p.p.	14,0%	15,8%	-1,8 p.p.
(+) Ajustes a valor presente - AVP	7.609	6.555	16,1%	23.133	22.521	2,7%
EBITDA ajustado (ii)	61.337	44.812	36,9%	133.282	141.747	(6,0%)
Margem EBITDA ajustado (ii)	24,0%	18,4%	5,6 p.p.	16,9%	18,7%	-1,8 p.p.

(i): O EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

(ii) O EBITDA ajustado é uma medição não contábil segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e aceitas pelo IFRS. O EBITDA ajustado é calculado através do EBITDA adicionado dos valores do ajuste a valor presente do contas a receber e outros eventos não recorrentes. A margem EBITDA ajustado é calculada pela divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida.

Resultado financeiro

Em R\$ milhares	4T24	4T23	Var %	2024	2023	Var %
Juros ativos e descontos obtidos	1.291	1.110	16,3%	2.914	3.055	(4,6%)
Ajuste a valor presente (i)	6.540	6.109	7,1%	22.539	24.437	(7,8%)
Rendimento das aplicações financeiras	682	2.030	(66,5%)	3.127	6.066	(48,5%)
Juros passivos	(3.660)	(12.712)	(71,2%)	(15.770)	(37.199)	(57,6%)
Descontos concedidos	(1.064)	(1.660)	(35,9%)	(2.096)	(5.338)	(60,7%)
Juros sobre direito de uso	(677)	(718)	(5,7%)	(2.783)	(2.747)	1,3%
IOF e outros	(422)	(37)	1040,5%	(784)	(334)	134,7%
Variação cambial líquida (ii)	(5.351)	7.239	N/A	(10.875)	24.157	N/A
Ganhos (perdas) com derivativos (ii)	4.945	(3.703)	N/A	8.450	(16.762)	N/A
Resultado financeiro líquido	2.286	(2.342)	N/A	4.723	(4.664)	N/A

(i) O Ajuste a Valor Presente (AVP) envolve as nossas vendas realizadas no "Prazo Safra". Nesse procedimento o nosso "Contas a Receber" resultante dessas vendas são ajustados ao seu valor presente, mediante descontos que considerem os juros embutidos pré-fixados. A nossa premissa de juros para trazer esse "Contas a Receber" a valor presente é a média ponderada do nosso custo de captação. Essa prática tem o seguinte impacto no nosso balanço e resultado, no primeiro momento o valor do desconto (o AVP) é deduzido do nosso "Contas a Receber" por meio de uma conta redutora de balanço e também deduzido da receita bruta no mesmo valor. Conforme passa o tempo esse valor deduzido vai sendo apropriado no resultado financeiro na conta de juros ativo e também diminuindo o valor da conta redutora do "Contas a Receber". A apropriação mensal é feita de acordo com a taxa utilizada para o desconto no momento inicial. Dessa forma, no momento do pagamento o valor do "Contas a Receber" é compensado contra a conta caixa na sua totalidade e total da receita bruta proveniente da venda a prazo será apropriado parte como receita operacional no momento da entrega da mercadoria e parte como receita financeira apropriada mensalmente até o momento do pagamento.

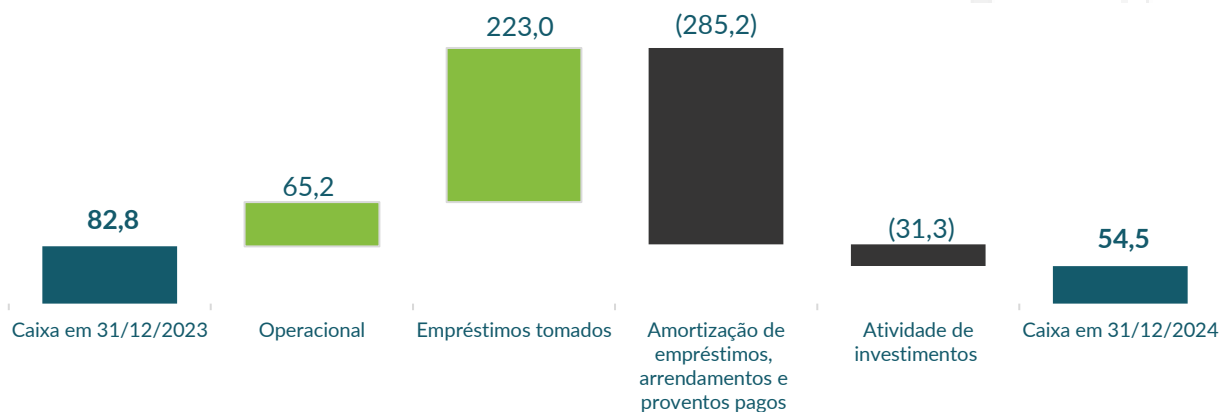
(ii) Para a proteção dos riscos de variações cambiais a Companhia se utiliza de operações de derivativos, substancialmente "swap" cambial e NDF ("non deliverable forward"). Os NDFs geralmente são utilizados para gerenciar a exposição cambial de balanço, evitando ou minimizando o descasamento entre contas a receber, passivos operacionais e contas a pagar, denominados em dólar. Já os "swaps" são usualmente contratados dentro de uma operação conhecida no mercado como "4131 swapada". Nessas operações a Companhia contrata uma dívida em moeda estrangeira (dólar ou euro) junto à uma instituição financeira, ao mesmo que tempo contrata um swap para troca dessa obrigação em moeda estrangeira (ponta ativa para a Companhia) para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, acrescido de um spread (ponta passiva para a Companhia). Essas operações são tomadas junto a mesma contraparte e com mesmos valores contratados de valores e datas de vencimento. Os "swaps" são classificados como derivativos de valor justo com seu resultado contabilizado como ganhos (perdas) com derivativos. Já as dívidas em moeda estrangeira são classificadas como empréstimos e financiamentos, com o resultado da variação cambial e dos juros, classificados como despesa financeira.

O resultado financeiro líquido do 4T24 foi positivo em R\$ 2,3 milhões (reversão do resultado negativo de R\$ 2,3 milhões no 4T23). Em 2024, o resultado também foi positivo em R\$ 4,7 milhões (reversão de resultado negativo de R\$ 4,7 milhões em 2023). A melhora do resultado do período é atribuída principalmente à redução da dívida bruta média do exercício de 2024 (-13,7% vs. 2023) e à diminuição da taxa de juros no mesmo período, resultando em encargos financeiros menores. Em 2023, a rubrica de juros passivos incluía R\$ 4,3 milhões referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os valores de juros sobre capital próprio. Já em 2024, o total de IRRF sobre proventos da mesma natureza foi alocado à rubrica de Impostos de Renda e Contribuição Social correntes nas Demonstrações de Resultado (DRE).

Gestão de fluxo de caixa e endividamento

Gestão de fluxo de caixa

Fluxo de caixa (R\$ milhões)



Em R\$ milhares	4T24	4T23	Var %	2024	2023	Var %
Geração de caixa	(5.371)	17.679	N/A	(28.356)	(5.801)	388,8%
Atividades operacionais	(20.073)	20.027	N/A	65.157	146.705	(55,6%)
Investimentos	(5.507)	(11.522)	(52,2%)	(31.270)	(52.880)	(40,9%)
Financiamentos	20.209	9.174	120,3%	(62.243)	(99.626)	(37,5%)
Caixa e equivalentes no início do período	59.844	65.150	(8,1%)	82.829	88.630	(6,5%)
Caixa e equivalentes no final do período	54.473	82.829	(34,2%)	54.473	82.829	(34,2%)

A variação de caixa em 2024 foi negativa em R\$ 28,4 milhões em função da amortização de financiamentos, que atingiram R\$ 62,2 milhões (-37,5% vs. 2023) e dos investimentos, que somaram R\$ 31,2 milhões (-40,9% vs. 2023), parcialmente compensados pelas atividades operacionais, que totalizaram R\$ 65,2 milhões (-55,6% vs. 2023).

Endividamento

A dívida bruta da Companhia atingiu R\$ 199,5 milhões em 2024 (+19,1% vs. 2023), enquanto a dívida líquida registrou R\$ 145,0 milhões (+71,2% vs. 2023). O índice dívida líquida/EBITDA ajustado atingiu 1,09x (+0,49x vs. 2023) em função da redução do EBITDA ajustado e do aumento da dívida líquida no período.

Em milhares de R\$, exceto %	2024	2023	Var %
Empréstimos e financiamentos (circulante)	132.058	167.549	(21,2%)
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	67.440	-	N/A
Dívida bruta	199.498	167.549	19,1%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(54.473)	(82.829)	(34,2%)
Dívida líquida (i)	145.025	84.720	71,2%
EBITDA ajustado LTM	133.282	141.747	(6,0%)
Dívida líquida/EBITDA ajustado LTM	1,09x	0,60x	0,49x

Alguns contratos de dívida da Companhia incluem cláusulas restritivas (*covenants*), sendo um deles firmado com o BNDES, que limitava a distribuição de proventos a um máximo de 30% do resultado do exercício. No entanto, devido à declaração de JCP antes do encerramento do ano fiscal e à frustração de resultados no 4T23, esse índice atingiu 39%.

Em 15 de maio de 2024, a Companhia obteve um *waiver* junto à instituição financeira, permitindo a manutenção da classificação da dívida como passivo de longo prazo, conforme seus vencimentos contratuais.

No exercício de 2024, foram deliberados R\$ 22,1 milhões a título de JCP, resultando em um índice de 29,1%. Assim, não houve descumprimento do *covenant* no referido exercício, e, consequentemente, o empréstimo foi classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2024.

A partir de 2025, o contrato com o BNDES sofrerá uma alteração em sua cláusula, estipulando que a limitação à distribuição de proventos em 30% só será aplicável caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a 3x.

CAPEX e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Os investimentos em CAPEX atingiram R\$ 6,2 milhões no 4T24 (-48,1% vs. 4T23) e R\$ 32,8 milhões em 2024 (-34,7% vs. 2023). A redução do CAPEX no quarto trimestre e no ano de 2024 reflete a conclusão do ciclo mais intenso de investimentos na planta de biológicos. Atualmente, a companhia opera com capacidade ociosa nessa unidade e não prevê investimentos significativos no curto prazo. Os destaques do ano foram três projetos estratégicos, que juntos representaram 35% do CAPEX total. Os demais recursos foram direcionados a diversos projetos de manutenção e melhorias voltadas à eficiência do parque fabril.

Planta de macrobiológicos

A busca por soluções inovadoras que impulsionem a tecnologia, melhorem a eficiência no controle de pragas e promovam alternativas sustentáveis está no centro dos investimentos da Vittia na linha de macrobiológicos. No primeiro trimestre de 2024 (1T24), foram investidos R\$ 0,9 milhão, somando R\$ 6,8 milhões no total desta nova operação, concluída no período. Esses recursos foram destinados à construção de uma das maiores e mais modernas biofábricas, além de um centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&DI) para defensivos macrobiológicos. Localizada em Artur Nogueira/SP, a planta tem como objetivo o aprimoramento de tecnologias avançadas, incorporando ferramentas da indústria 4.0, com foco em automação, otimização de processos e rastreabilidade.

Escritório Administrativo

Em 2024, foram investidos R\$ 2,3 milhões na segunda fase da implantação do escritório administrativo em Ribeirão Preto. Localizado no centro empresarial Dabi Business Park, essa etapa foi inaugurada em novembro de 2024. Com a conclusão dessa fase, o escritório passou a contar com 1.000 m² de área construída, abrigando as áreas de marketing, desenvolvimento de mercado, Diretoria, entre outras. Ao todo, foram investidos R\$ 4,3 milhões na estrutura administrativa.

Planta de produção de microbiológicos

Em 2024, foram investidos R\$ 8,2 milhões na ampliação da capacidade de produção de defensivos biológicos por meio de fermentação submersa. Essa expansão visa, principalmente, aumentar nossa flexibilidade operacional, permitindo uma produção otimizada para novos microrganismos. Os primeiros testes de comissionamento foram iniciados em junho de 2024, e a produção dos primeiros lotes ocorreu em julho do mesmo ano.

Investimento em P&DI

A Companhia gera valor por meio de equipes integradas, unindo o conhecimento e a experiência das áreas de P&DI, Desenvolvimento de Mercado e Assuntos Regulatórios. Ao final do 4T24, contamos com 62 profissionais, sendo 35 deles dedicados exclusivamente a essas áreas.

Em 2024, a Companhia investiu R\$ 28,8 milhões em pesquisa e desenvolvimento, o que representa uma redução de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse valor corresponde a 3,7% da receita líquida da Companhia (-0,1 p.p. vs. 2023).

Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento

Em R\$ milhares	4T24	4T23	Var %	2024	2023	Var %
Produtos Biológicos	5.645	5.632	0,2%	21.166	21.438	(1,3%)
Fertilizantes	2.337	1.997	17,0%	7.599	7.647	(0,6%)
Total	7.982	7.629	4,6%	28.765	29.086	(1,1%)
Capex	768	593	29,5%	2.399	1.171	104,8%
Opex	7.214	7.036	2,5%	26.366	27.914	(5,5%)
% da receita líquida	3,1%	3,1%	0,0 p.p.	3,7%	3,8%	-0,1 p.p.

Principais desenvolvimentos

Em 2024, a Vittia recebeu 13 novas recomendações de uso/alvos biológicos registrados e registrou 1 novo produto.

Governança Corporativa

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 31 de janeiro de 2024, o Sr. Gilmar Chbâne Bosso apresentou sua carta de renúncia ao cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração, com efeitos imediatos. O Sr. Gilmar fez relevantes contribuições à Companhia no decorrer de seu mandato como Membro do Conselho de Administração, cargo para o qual havia sido eleito em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 28 de abril de 2023.

Em AGOE realizada em 25 de abril de 2024, o Sr. Fabio Torretta foi eleito ao cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração para o mandato de 2 anos a contar da data da AGOE.

EM RCA realizada em 14 de maio de 2024, foi deliberada a criação do Comitê de Crescimento Estratégico, sendo este composto pelos Srs. Fabio Torretta, Edgar Zanutto e Rodrigo Agnesini.

Em 7 de novembro de 2024, o Sr. Matheus Viotto apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Industrial, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2024.

Recursos humanos

Encerramos 2024 com 1.171 colaboradores, contra 1.278 no trimestre anterior (-8,4% vs. 3T24 e -0,5% vs. 4T23). Todos os nossos colaboradores, inclusive os trabalhadores com contrato por prazo determinado são contratados diretamente pela Companhia em regime CLT.

A Companhia mantém uma relação próxima com os sindicatos que representam seus empregados. Os acordos e convenções coletivas, bem como os negociados diretamente, têm, em sua maioria, duração de 12 meses. Ainda, a Vittia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável e das condições acordadas nos

instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não-sindicalizados.

Mercado de Capitais

As ações da Vittia S.A. (B3: VITT3) são negociadas desde o IPO, realizado em 01/09/2021, no Novo Mercado da B3, o mais alto nível de Governança Corporativa do mercado acionário brasileiro. Além disso, a Companhia integra os índices IGC (Índice de Governança Corporativa Diferenciada), IGC-NM (Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado) e ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado).

Capital social: O capital social da Vittia era constituído, em 31/12/2024, por 150,3 milhões de ações ordinárias (ON), das quais 63,6% pertenciam aos Controladores, 3,2% pertenciam aos administradores, 32,9% estavam em livre circulação no mercado ("*free float*") e 0,3% estava em Tesouraria.

Valor de mercado: Ao final do trimestre, a ação VITT3 encerrou cotada a R\$ 5,40, representando um valor de mercado de R\$ 811,7 milhões, ante R\$ 880,3 milhões ao final do trimestre anterior, redução de 7,8% ou R\$ 68,6 milhões.

Participação acionária: Ao final do trimestre, a participação no *free-float* das pessoas físicas atingiu 9,4% (vs. 10,0% no 3T24), institucionais locais 88,7% (vs. 87,7% no 3T24) e institucionais estrangeiros 1,9% (vs. 2,3% no 3T24).

Número de acionistas: Ao final do trimestre, a quantidade de acionistas foi de 4,1 mil ante 4,3 mil ao final do trimestre anterior, redução de 4,4%.

Volume negociado ("ADTV"): O volume financeiro médio diário negociado foi de R\$ 1,6 milhões no 4T24, contra R\$ 2,6 milhões no trimestre anterior, queda de R\$ 0,9 milhão ou 36,0%.

Distribuição de resultados: Em 2024 a Companhia pagou R\$ 38,2 milhões em proventos, a título de JCP, sendo R\$ 22,5 milhões pagos em 04/01/2024 e R\$ 15,7 milhões pagos em 10/05/2024.

Em RCA realizada em 17/10/2024, foi aprovada a declaração de distribuição de JCP apurados no período de janeiro a outubro de 2024, no montante bruto de R\$ 22,3 milhões (R\$ 0,14836660 por ação), calculada sobre o Patrimônio Líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 - a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório - com base na posição acionária de 23/10/2024 e cujo pagamento foi realizado em 06/01/2025.

Além disso, em RCA realizada em 27/12/2024, foi aprovada a declaração de distribuição de JCP apurados no período de dezembro de 2024, no montante bruto de R\$ 2,5 milhões (R\$ 0,01634756 por ação) com base na posição acionária de 03/01/2025 e com data de pagamento a ser definida.

Programa de recompra de ações: Em 07/02/2024, foi anunciado pela Companhia que o Conselho de Administração aprovou o 3º Programa de Recompra de Ações, com uma quantidade de ações a ser adquirida de até 4.500.000 ações ordinárias, representando, naquela data, aproximadamente 9,1% das ações em circulação emitidas pela Companhia, com prazo máximo de 12 meses. Em 03/10/2024 foi concluído o 3º Programa de Recompra de Ações tendo em vista a aquisição da totalidade das ações objeto do programa, ao preço médio de R\$ 5,62.

Em 04/10/2024, foi anunciado pela Companhia que o Conselho de Administração aprovou o 4º Programa de Recompra de Ações, com uma quantidade de ações a ser adquirida de até 4.500.000 ações ordinárias, representando, naquela data, aproximadamente 9,0% das ações em circulação emitidas pela Companhia, com prazo máximo de 12 meses.

Além disso, ainda em 04/10/2024, a Companhia anunciou o cancelamento de 4.400.000 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em Tesouraria, adquiridas no âmbito do 3º programa de recompra de ações da Companhia, sem redução do capital social, em especial para fins do artigo 9º e do artigo 10 da Resolução

CVM n.º 77, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM n.º 77/22”), contra os saldos das reservas de lucro disponíveis, excluindo-se os saldos das reservas indicadas no inciso I do parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CVM n.º 77/22. Com isso, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 150.314.018 ações.

Em 2024, a Companhia recomprou o equivalente a R\$ 39,6 milhões, levando em consideração ações recompradas no âmbito do 2º, 3º e 4º Programa de Recompra de Ações. Ao final do mês de fevereiro, a Companhia tinha 1.138.279 ações mantidas em tesouraria.

Demonstrações Financeiras Básicas

Demonstração do Resultado do Exercício – 4T24 vs. 4T23 e 2024 vs. 2023

Demonstração do resultado (R\$ Milhares)	4T24	4T23	Var %	2024	2023	Var %
Receita líquida	255.788	243.298	5,1%	786.619	756.109	4,0%
Custo das vendas	(161.487)	(158.361)	2,0%	(520.828)	(480.926)	8,3%
Lucro bruto	94.301	84.937	11,0%	265.791	275.183	(3,4%)
Margem bruta	36,9%	34,9%	+2,0 p.p.	33,8%	36,4%	-2,6 p.p.
Despesas com Vendas	(21.054)	(24.155)	(12,8%)	(79.735)	(82.157)	(2,9%)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.445)	(354)	308,2%	(358)	2.268	N/A
Despesas administrativas e gerais	(25.925)	(27.129)	(4,4%)	(100.319)	(98.573)	1,8%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2.173	(60)	N/A	2.864	2.257	26,9%
SG&A	(46.251)	(51.698)	(10,5%)	(177.548)	(176.205)	0,8%
Lucro operacional	48.050	33.239	44,6%	88.243	98.978	(10,8%)
Receitas financeiras	14.671	16.786	(12,6%)	40.858	59.728	(31,6%)
Despesas financeiras	(12.385)	(19.128)	(35,3%)	(36.135)	(64.393)	(43,9%)
Resultado financeiro	2.286	(2.342)	N/A	4.723	(4.665)	N/A
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	50.336	30.896	62,9%	92.966	94.314	(1,4%)
IR e CSLL - Correntes e Diferidos	(3.966)	10.367	N/A	(17.663)	2.989	N/A
Resultado do período	46.370	41.263	12,4%	75.303	97.303	(22,6%)
Margem líquida	18,1%	17,0%	+1,1 p.p.	9,6%	12,9%	-3,3 p.p.

Demonstrações dos fluxos de caixa – 2024 vs. 2023

Em milhares de R\$, exceto %	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	75.303	97.303
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	21.907	20.248
Custo residual de ativo imobilizado vendido/baixado	1.838	645
Impostos correntes	13.309	1.323
Impostos diferidos	4.354	(4.312)
Provisão para bônus	3.571	-
Provisão para comissões	10.088	10.232
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	15.713	20.986
Juros sobre passivo de arrendamento	2.554	2.782
Variação de ajuste a valor presente	700	(1.916)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	358	(2.268)
Perdas com créditos incobráveis	-	(2.461)
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(8.450)	16.762
Provisão para contingências	554	(75)
Variação Cambial	10.965	(23.328)
Variação no capital de giro		
Aumento em contas a receber de clientes	(35.248)	46.301
Aumento em estoques	(6.947)	24.807
Aumento (Redução) em impostos a recuperar	(3.162)	2.981
Aumento em adiantamentos a fornecedores	(2.709)	7.930
Aumento (Redução) em outros recebíveis	(1.865)	799
Aumento (Redução) em fornecedores	(1.552)	(9.047)
Aumento (Redução) em salários e encargos sociais	352	(2.298)
Aumento em impostos e contribuições a recolher	(3.103)	(7.043)
Aumento em adiantamentos de clientes	(605)	(6.847)
Aumento em outras contas a pagar	(1.906)	1.781
Caixa gerado pelas operações	96.019	195.285
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.748)	(15.132)
Juros pagos de passivo de arrendamento	(2.554)	(2.782)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(22.560)	(30.666)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	65.157	146.705

Demonstrações dos fluxos de caixa – 2024 vs. 2023 (continuação)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Recebimentos pela venda de ativo imobilizado	1.330	1.223
Aumento de investimentos	-	2.217
Aquisição de investimentos	-	(5.336)
Aquisição de imobilizado	(32.753)	(50.129)
Aumento do Intangível	153	(855)

Fluxos de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(31.270)	(52.880)
---	-----------------	-----------------

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Empréstimos e financiamentos tomados	223.000	107.286
Pagamento de passivo de arrendamento	(5.885)	(4.615)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(195.169)	(158.293)
Instrumentos financeiros derivativos realizados	(6.409)	(11.796)
Aquisição de ações em tesouraria	(39.589)	(2.085)
Dividendos pagos	(38.191)	(30.123)

Fluxos de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(62.243)	(99.626)
---	-----------------	-----------------

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(28.356)	(5.801)
--	-----------------	----------------

Caixa e equivalentes no início do período	82.829	88.630
--	---------------	---------------

Caixa e equivalentes no fim do período	54.473	82.829
---	---------------	---------------

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Em milhares de R\$, exceto %	2024	2023
Ativo		
Ativo circulante	590.289	571.633
Caixa e equivalentes de caixa	54.473	82.829
Instrumentos Financeiros Derivativos Ativo	4.155	-
Contas a Receber de Clientes	337.383	304.177
Estoques	161.284	154.337
Impostos a recuperar	14.756	11.496
Ativo fiscal corrente	7.199	13.519
Adiantamentos a Fornecedores	4.489	1.780
Outros créditos	6.550	3.495
Ativo não circulante	362.889	354.124
Realizável a longo prazo	21.387	27.480
Contas a Receber de Clientes	3.066	1.808
Impostos a recuperar	5.657	6.757
Ativo fiscal diferido	11.277	15.630
Outros Créditos	1.387	3.285
Permanente	341.502	326.644
Investimentos	256	256
Imobilizado	294.961	278.947
Direito de uso	31.041	30.008
Intangível	15.244	17.433
Total do ativo	953.178	925.757
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante	221.417	277.657
Fornecedores	15.182	16.734
Empréstimos e financiamentos	132.058	167.549
Instrumentos Financeiros Derivativos	107	10.116
Salários e encargos sociais	21.810	17.908
Impostos e contribuições a recolher	4.258	4.434
Passivo fiscal corrente	5.164	431
Adiantamentos de clientes	5.702	6.307
Dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio	22.200	38.297
Passivo de arrendamento	4.878	4.598
Outras contas a pagar	10.058	11.283
Passivo não circulante	96.844	27.728
Empréstimos e financiamentos	67.440	-
Impostos e contribuições a recolher	-	289
Provisão para contingências	602	48
Passivo de arrendamento	28.802	27.391
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	634.772	620.370
Participação de acionistas não controladores	145	2
Total do Passivo	318.261	305.385
Total do Passivo e patrimônio líquido	953.178	925.757

VITTIA



Relações com Investidores

Alexandre Del Nero Frizzo – CFO e DRI

Ana Laura Pavan – Coordenadora de RI e Sustentabilidade

Laís Nunes – Analista de RI Sr.



ri@vittia.com.br



ri.vittia.com.br



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Vittia S.A**
São Joaquim da Barra - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vittia S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vittia S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Veja a Nota 7.k, 9 e 30 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua posição de contas a receber com o objetivo de mensurar o montante de provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. A determinação dos níveis adequados da provisão para perdas de crédito esperadas exige que a Companhia e suas controladas exerçam julgamentos significativos relacionados às incertezas no ambiente macroeconômico, aos fatores climáticos, características das garantias e ao histórico do risco de ocorrência de inadimplência para operações originadas pela venda de produtos, que impactam a estimativa das perdas de crédito esperadas.

Em função do elevado volume de transações de venda de produtos, do montante de contas a receber em aberto, juntamente com os requerimentos da CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros e ao impacto que eventuais alterações nos julgamentos realizados na estimativa das perdas de crédito esperadas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho dos controles internos chaves para a apuração da provisão para perdas de crédito esperadas e o entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber.

Realizamos testes de integridade da base de dados utilizada para mensuração e registro da provisão para perdas de crédito esperadas por meio do exame documental para uma amostra selecionada. Analisamos as principais premissas do modelo utilizado para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, incluindo características das garantias e segregação por tipo de cliente.

Adicionalmente, realizamos testes na base histórica usada para determinar os percentuais históricos de perda que foram considerados no cálculo da provisão, bem como a análise retrospectiva dos saldos a fim identificar mudanças relevantes no exercício.

Além disso, fizemos o recálculo matemático dos índices de inadimplência e o confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a provisão para perdas de crédito esperadas e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 13 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Vittia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.155	77.470	54.473	82.829	Fornecedores	18	33.127	26.051	15.182	16.734
Instrumentos Financeiros Derivativos	30	4.155	-	4.155	-	Empréstimos e financiamentos	19	132.058	153.309	132.058	167.549
Contas a Receber de Clientes	9	293.383	292.349	337.383	304.177	Instrumentos Financeiros Derivativos - Passivo	30	107	9.942	107	10.116
Estoques	10	137.389	127.835	161.284	154.337	Salários e encargos sociais	20	20.940	16.711	21.810	17.908
Impostos a recuperar	11	12.757	9.200	14.756	11.496	Impostos e contribuições a recolher	21	2.958	3.924	4.258	4.434
Ativo fiscal corrente	13	6.577	12.925	7.199	13.519	Passivo fiscal corrente	13	-	-	5.164	431
Adiantamentos a Fornecedores		4.172	1.514	4.489	1.780	Adiantamentos de clientes	24	5.738	5.275	5.702	6.307
Outros créditos	12	8.446	2.924	6.550	3.495	Dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio		22.200	38.297	22.200	38.297
						Passivo de arrendamento	23	5.872	3.861	4.878	4.598
						Outras contas a pagar	18	9.231	10.972	10.058	11.283
Total do ativo circulante		516.034	524.217	590.289	571.633						
						Total do passivo circulante		232.231	268.342	221.417	277.657
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	19	67.440	-	67.440	-
Contas a Receber de Clientes	9	2.835	1.808	3.066	1.808	Impostos e contribuições a recolher	21	-	154	-	289
Impostos a recuperar	11	5.351	6.339	5.657	6.757	Provisão para contingências	25	602	48	602	48
Ativo fiscal diferido	13	-	2.821	11.277	15.630	Passivo fiscal diferido	9	2.881	-	-	-
Outros Créditos	12	1.391	3.285	1.387	3.285	Passivo de arrendamento	23	24.443	24.146	28.802	27.391
		9.577	14.253	21.387	27.480						
Investimentos	14	140.186	97.022	256	256	Total do passivo não circulante		95.366	24.348	96.844	27.728
Imobilizado	15	267.948	250.513	294.961	278.947						
Direito de uso	16	28.017	26.361	31.041	30.008	Patrimônio líquido	26				
Intangível	17	607	694	15.244	17.433	Capital Social		465.641	255.209	465.641	255.209
						Ações em tesouraria		(832)	(7.484)	(832)	(7.484)
		436.758	374.590	341.502	326.644	Ajustes de avaliação patrimonial		1.634	1.768	1.634	1.768
						Reserva Legal		19.538	15.762	19.538	15.762
		446.335	388.843	362.889	354.124	Reserva de Lucros		151.510	147.402	151.510	147.402
						Reserva de subvenção		-	210.432	-	210.432
						Transações de capital		(2.719)	(2.719)	(2.719)	(2.719)
						Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		634.772	620.370	634.772	620.370
						Participação de acionistas não controladores		-	-	145	2
						Total do patrimônio líquido		634.772	620.370	634.917	620.372
						Total do passivo		327.597	292.690	318.261	305.385
		962.369	913.060	953.178	925.757	Total do passivo e patrimônio líquido		962.369	913.060	953.178	925.757
Total do ativo											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vittia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	27	727.599	723.002	786.619	756.109
Custo das Vendas	28	(501.084)	(448.562)	(520.828)	(480.926)
Lucro bruto		226.515	274.440	265.791	275.183
Despesas com Vendas	28	(77.112)	(80.924)	(79.735)	(82.157)
Reversão (Perdas) esperadas com créditos	28	(216)	2.185	(358)	2.268
Despesas administrativas e gerais	28	(92.718)	(90.097)	(100.319)	(98.573)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	28	1.386	1.895	2.864	2.257
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		57.854	107.499	88.242	98.978
Receitas financeiras		38.181	48.947	40.858	59.728
Despesas financeiras		(34.782)	(48.754)	(36.135)	(64.393)
Resultado financeiro líquido	29	3.399	193	4.723	(4.664)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	14	24.930	(7.301)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		86.183	100.391	92.966	94.314
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(4.955)	-	(13.309)	(1.323)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(5.702)	(3.031)	(4.354)	4.312
Resultado do exercício		75.526	97.360	75.303	97.303
Atribuível aos acionistas controladores				75.526	97.360
Atribuível aos acionistas não controladores				(223)	(57)
Resultado do exercício		75.526	97.360	75.303	97.303
Resultado por ação					
Resultado do período básico e diluído por ação	22 f			0,50	0,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vittia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado do exercício	75.526	97.360	75.303	97.303
Efeito da conversão de moeda estrangeira - Vittia Paraguay S.R.L.	(133)	(41)	(133)	(41)
Resultado abrangente total	75.393	97.319	75.170	97.262
Atribuível aos acionistas controladores			75.393	97.319
Atribuível aos acionistas não controladores			(223)	(57)
Resultado abrangente total			75.170	97.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vittia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

		Capital social	Ações em tesouraria	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de subvenção	Transações de capital	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2023		255.209	(6.845)	1.809	13.824	162.232	151.829	(492)	-	577.565	2.826	580.391
Efeito da conversão de moeda estrangeira - Vittia Paraguay S.R.L.		-	-	(41)	-	-	-	-	-	(41)	-	(41)
Distribuição de dividendos	26c	-	-	-	-	(13.457)	-	-	-	(13.457)	-	(13.457)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	97.360	97.360	(57)	97.303
Destinações do lucro:												
Reserva legal	26 b	-	-	-	1.938	-	-	-	(1.938)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	26 d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	26 d	-	-	-	-	-	-	-	(38.192)	(38.192)	-	(38.192)
Reserva de lucros	26 b	-	-	-	-	(1.373)	-	-	1.373	-	-	-
Reserva de subvenção	26 e	-	-	-	-	-	58.603	-	(58.603)	-	-	-
Ações em tesouraria	26h	-	(2.085)	-	-	-	-	-	-	(2.085)	-	(2.085)
Programa de incentivo atrelado a ações – ações restritas	26g / 26 i	-	1.446	-	-	-	-	-	-	1.446	-	1.446
Ágio em Transações de Capital	26f	-	-	-	-	-	-	(2.227)	-	(2.227)	(2.767)	(4.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		255.209	(7.484)	1.768	15.762	147.402	210.432	(2.719)	-	620.370	2	620.372
Saldo em 1º de janeiro de 2024		255.209	(7.484)	1.768	15.762	147.402	210.432	(2.719)	-	620.370	2	620.372
Efeito da conversão de moeda estrangeira - Vittia Paraguay S.R.L.		-	-	(133)	-	-	-	-	-	(133)	-	(133)
Capitalização da reserva de subvenção	22a	210.432	-	-	-	-	(210.432)	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	75.526	75.526	143	75.669
Destinações do lucro:												
Reserva legal	26 b	-	-	-	3.776	-	-	-	(3.776)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	26 d	-	-	-	-	-	-	-	(22.094)	(22.094)	-	(22.094)
Reserva de lucros	26 b	-	-	-	-	49.656	-	-	(49.656)	-	-	-
Ações em tesouraria	22e	-	(39.589)	-	-	-	-	-	-	(39.589)	-	(39.589)
Programa de incentivo atrelado a ações – ações restritas	26g	-	648	-	-	-	-	-	-	648	-	648
Ações em tesouraria canceladas	22e	-	45.547	-	-	(45.547)	-	-	-	-	-	-
Vesting		-	46	-	-	-	-	-	-	46	-	46
Saldos em 31 de dezembro de 2024		465.641	(832)	1.635	19.538	151.510	-	(2.719)	-	634.772	145	634.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vittia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		75.526	97.360	75.303	97.303
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	28	19.794	18.018	21.907	20.248
Custo residual de ativo imobilizado vendido/baixado		515	644	1.838	645
Impostos correntes	13	4.955	-	13.309	1.323
Impostos diferidos	13	5.702	3.031	4.354	(4.312)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(24.930)	7.301	-	-
Provisão para bônus	20	3.571	-	3.571	-
Provisão para comissões		9.138	9.768	10.088	10.232
Juros de empréstimos e financiamentos	19	15.475	14.417	15.713	20.986
Juros sobre passivo de arrendamento	23	2.283	2.459	2.554	2.782
Variação de ajuste a valor presente		(862)	(1.670)	700	(1.916)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30	216	(2.185)	358	(2.268)
Perdas com créditos incobráveis		-	(2.460)	-	(2.461)
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	30	(8.450)	11.277	(8.450)	16.762
Provisão para contingências		554	(75)	554	(75)
Variação cambial		10.965	(14.371)	10.965	(23.328)
Redução (Aumento) em contas a receber de clientes		(1.415)	44.951	(35.248)	46.301
Redução (Aumento) em estoques		(9.554)	9.955	(6.947)	24.807
(Aumento) Redução em impostos a recuperar		2.568	1.046	(3.162)	2.981
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedores		(2.658)	7.873	(2.709)	7.930
(Aumento) Redução em outros recebíveis		(3.629)	1.029	(1.865)	799
(Redução) Aumento em fornecedores		7.076	(7.726)	(1.552)	(9.047)
(Redução) aumento em salários e encargos sociais		708	(2.233)	352	(2.298)
(Redução) em impostos e contribuições a recolher		(3.758)	(7.266)	(3.103)	(7.043)
(Redução) em adiantamentos de clientes		463	(1.592)	(605)	(6.847)
(Redução) aumento em outras contas a pagar		(5.468)	(2.876)	(1.906)	1.781
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		98.785	186.675	96.019	195.285
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.462)	(13.757)	(5.748)	(15.132)
Juros pagos de passivo de arrendamento	23	(2.283)	(2.459)	(2.554)	(2.782)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19	(21.671)	(18.212)	(22.560)	(30.666)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		70.369	152.247	65.157	146.705
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Caixa recebido em evento societário	1	-	316	-	-
Recebimentos pela venda de ativo imobilizado		872	568	1.330	1.223
Aumento de investimentos	14	(16.616)	(67.000)	-	2.217
Adiantamento para futuro aumento de capital		(4.000)	-	-	-
Aquisição de investimentos	14	-	(7.407)	-	(5.336)
Aquisição de imobilizado	15	(31.413)	(45.819)	(32.753)	(50.129)
Aumento de intangível		86	(181)	153	(855)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(51.071)	(119.523)	(31.270)	(52.880)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados	19	223.000	93.697	223.000	107.286
Pagamento de passivo de arrendamento	23	(5.011)	(3.810)	(5.885)	(4.615)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	19	(181.580)	(76.461)	(195.169)	(158.293)
Instrumentos financeiros derivativos realizados		(6.242)	(6.707)	(6.409)	(11.796)
Aquisição de ações em tesouraria	22g	(39.589)	(2.085)	(39.589)	(2.085)
Dividendos pagos	19	(38.191)	(30.123)	(38.191)	(30.123)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		(47.612)	(25.083)	(62.243)	(99.626)
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(28.315)	7.641	(28.356)	(5.801)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		77.470	69.829	82.829	88.630
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	49.155	77.470	54.473	82.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vittia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas		793.749	780.189	862.586	818.796
Receita de contrato com cliente	27	813.412	799.624	886.077	839.049
Ajuste a valor presente - AVP	27	(19.447)	(21.620)	(23.133)	(22.521)
(Provisão) /estorno para perdas de crédito esperada		(216)	2.185	(358)	2.268
Insumos adquiridos de terceiros		(557.334)	(506.091)	(576.778)	(536.198)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(406.439)	(358.159)	(414.683)	(382.023)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(150.895)	(147.932)	(162.095)	(154.175)
Valor adicionado bruto		236.415	274.098	285.808	282.598
Depreciação e amortização		(19.794)	(18.018)	(21.907)	(20.248)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		216.621	256.080	263.901	262.350
Valor adicionado recebido em transferência		63.111	41.646	40.858	59.728
Receitas financeiras	29	38.181	48.947	40.858	59.728
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	14	24.930	(7.301)	-	-
Valor adicionado total a distribuir		279.732	297.726	304.760	322.078
Distribuição do valor adicionado		(279.732)	(297.726)	(304.760)	(322.078)
Pessoal		(127.508)	(113.373)	(134.894)	(121.623)
Remuneração direta		(103.443)	(95.733)	(109.540)	(102.581)
Benefícios		(18.797)	(12.784)	(19.763)	(13.837)
F.G.T.S.		(5.268)	(4.856)	(5.591)	(5.205)
Impostos, taxas e contribuições		(38.409)	(35.059)	(54.306)	(35.118)
PIS/COFINS e ICMS		(27.752)	(32.028)	(36.643)	(38.107)
Imposto de renda e contribuição social		(10.657)	(3.031)	(17.663)	2.989
Remuneração de capitais de terceiros		(38.289)	(51.934)	(40.257)	(68.034)
Juros e despesas bancárias	29	(34.782)	(48.754)	(36.135)	(64.393)
Alugueis		(3.507)	(3.180)	(4.122)	(3.641)
Remuneração de capital próprio		(75.526)	(97.360)	(75.303)	(97.303)
Juros sobre o capital próprio distribuído		(22.094)	(38.192)	(22.094)	(38.192)
Lucros retidos		(53.432)	(59.168)	(53.209)	(59.111)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Vittia S.A. (“Companhia”), é uma Companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o número 02576-3 em 28/04/2021. As ações da Companhia são negociadas na B3 sob a denominação “VITT3”.

A Companhia é sediada na cidade de São Joaquim da Barra, estado de São Paulo. Estas demonstrações contábeis intermediárias abrangem a Companhia e suas subsidiárias (“Companhia”). A Companhia tem como atividades principais: (i) fabricação de composto e fertilizantes; (ii) produção de defensivos biológicos; (iii) produção de outros produtos químicos.

Atualmente, a Companhia possui sete unidades industriais, sendo cinco localizadas no estado de São Paulo: quatro na região de Ribeirão Preto e uma na região de Campinas; e duas no estado de Minas Gerais, nas cidades de Patos de Minas e Paraopeba. A Companhia possui também sete centros de distribuição: um localizado no estado da Bahia, na cidade de Luís Eduardo Magalhães; dois localizados no estado do Mato Grosso, nas cidades de Sorriso e Primavera do Leste; um localizado no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Ijuí; um localizado no estado de Goiás, na cidade de Jataí; um localizado na cidade de Araguaína no estado de Tocantins e um localizado na cidade de Coimbra no estado de Minas Gerais. Isso facilita a distribuição dos seus produtos em todos os estados da federação e para o mercado internacional.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora Vittia S.A. e as seguintes controladas diretas:

		Participação acionária	
		31/12/2024	31/12/2023
	Países		
BS Transportes Ltda.	Brasil	99,9%	99,9%
Vittia Paraguay – SRL	Paraguai	99,9%	99,9%
Vittia Organo S.A.	Brasil	100,0%	100,0%
Vittia Macro Ltda.	Brasil	100,0%	100,0%
Vittia México S.A. de C.V.	México	90,0%	-

Operações das controladas

a. *BS Transportes Ltda. (controlada)*

Companhia constituída em 2009, e sediada na cidade de São Joaquim da Barra - SP, e tem por objetivo principal a exploração do ramo de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de cargas.

b. *Vittia Paraguay SRL (controlada)*

Companhia controlada direta, constituída em 2019, sediada no Paraguai, na cidade de Hernandarias, com objetivo principal a exploração do ramo fabricação e distribuição de fertilizantes, inoculantes, defensivos agrícolas, produtos químicos em geral, insumos para alimentação animal, produtos veterinários e grãos em geral.

c. *Vittia Organo S.A.(controlada)*

Empresa adquirida em 06 de agosto de 2020. É uma controlada direta, sediada na cidade de Patos de Minas – MG, e tem por objeto principal a exploração de fertilizantes organominerais a base de resíduos orgânicos.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2024 a razão social da Companhia foi modificada de Vitória Fertilizantes S.A. para Vittia Organo S.A.

d. *Vittia Macro Ltda.(controlada)*

Empresa adquirida em 21 de dezembro de 2020. É uma controlada direta, sediada na cidade de Paraopeba – MG, e tem por objeto principal a produção, desenvolvimento e comercialização de produtos microbiológicos.

e. *Vittia Tecnologias Agrícolas de México S.A. de C.V.(controlada)*

Companhia controlada direta, constituída em 2024, sediada no México, na cidade de Chihuahua, com objetivo principal a exploração do ramo fabricação e distribuição de fertilizantes, inoculantes, defensivos agrícolas, produtos químicos em geral, insumos para alimentação animal, produtos veterinários e grãos em geral.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 7

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 9 e 30** – mensuração da perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e
- **Notas explicativas 16 e 23** – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 09 e 30** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Notas explicativas nº 16 e 23** - prazo do arrendamento: taxa de desconto para cálculo presente dos contratos de arrendamento registrada na conta de direito de uso e passivo de arrendamento;
- **Nota explicativa nº 7.h.iii** - Vida útil de ativo Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 13** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa nº 25** - reconhecimento e mensuração de provisão de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa nº 17** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- (i) **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- (ii) **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- (iii) **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 30- Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- (ii) Instrumentos financeiros não-derivativos, designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

7 Políticas contábeis materiais

A Companhia e suas controladas têm aplicado de maneira uniforme as políticas contábeis a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto quando mencionado de outra forma (vide também Nota 5).

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de Controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retêm qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia e de suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto deve existir um acordo contratual através do qual a Companhia e suas controladas possuem controle compartilhado, onde a Companhia e suas controladas têm direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e suas controladas no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(vi) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output. A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixar apenas parte de uma associada ou *joint venture*, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

Para conversão das transações em moeda estrangeira para a moeda funcional da Companhia e suas controladas (Real - R\$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio tanto para o consolidado quanto para a Controladora:

	Taxa média do exercício		Taxa à vista	
	2024	2023	2024	2023
R\$/US\$	5,3920	4,8413	6,1923	4,8413
R\$/ EUR	5,8340	5,3490	6,4363	5,3490
R\$/G (Guarani)	1.393,79	1.503,48	1.432,94	1.463,86
R\$/MX\$	3,3824	-	3,3489	-

c. Receita operacional

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de produtos químicos, fertilizantes e defensivos biológicos. As receitas decorrentes de venda de produtos ou mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. Para devoluções, o passivo de reembolso e o ativo de direito de recuperar os bens devolvidos são reconhecidos. O direito de recuperar o ativo de mercadorias devolvidas é medido pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados para recuperar as mercadorias. Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

A receita é reconhecida líquida de descontos, e impostos sobre as vendas.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (i) quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento; (ii) quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues; (iii) quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial; (v) quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito.

A receita de venda de bens são derivadas, basicamente, da venda de produtos e são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido ao cliente, ou seja, na entrega do produto ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma significativa incerteza de sua realização. Os valores faturados, recebidos ou não, decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro, são considerados como redutores de ativo. Já os valores recebidos e não faturados decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro são considerados como passivo.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Rendimentos sobre aplicações financeiras;
- Variações cambiais ativas e passivas;
- Tarifas bancárias;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e,
- Despesas de juros de aluguel.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento; e os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.
- A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e de despesas de vendas.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os custos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	2024	2023
Edifícios e construções	50 anos	50 anos
Móveis e utensílios	20 anos	20 anos
Veículos	12 anos	12 anos
Máquinas e equipamentos	22 anos	22 anos
Equipamentos de informática	11 anos	11 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio apurado na aquisição das quotas da Samaritá Indústria e Comércio Ltda, Biovalens S.A., Vittia Organo S.A. e Vittia Macro Ltda.. encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

O ágio é a diferença positiva entre o valor pago na aquisição de um negócio e o justo valor líquido dos ativos e passivos da subsidiária adquirida. O ágio de aquisições de subsidiárias é apresentado na rubrica Investimentos e ativos intangíveis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O ágio é mantido ao valor de custo, deduzido de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e o teste contábil é realizado no mínimo anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia que se espera que se beneficie da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem alocados a essas unidades.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes são as seguintes:

Softwares

5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de produtos químicos, fertilizantes e defensivos biológicos e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Um ativo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), dos custos da transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo são mensuradas inicialmente pelo preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de relatório subsequente à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é medido pelo custo amortizado se atender às duas condições abaixo e não é designado como medido pelo VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como valor justo por meio do resultado. Inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que, de outra forma, atende aos requisitos de mensuração ao custo amortizado, bem como ao valor justo por meio do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros em VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. O lucro (prejuízo) líquido, acrescido de receita de juros ou dividendos, é reconhecido no resultado..

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido devido a perdas por redução ao valor recuperável. Receitas de juros, ganhos cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros mensurados ao VJR são medidos pelo valor justo e o lucro (prejuízo) líquido, acrescido dos juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. Despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram, ou transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um ativo financeiro é transferido ou no qual a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade e não retém o controle do ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações nas quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nestes casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos..

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

No momento do desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado..

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

k. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas apenas com a condição de que o valor contábil do ativo não exceda o novo valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- Todos os títulos que estejam vencidos acima de 365 dias.
- Títulos vencidos há menos de 365 dias, cujas ações administrativas para o recebimento dos valores tenham se esgotado. Desta forma, quando isso ocorre, o departamento financeiro envia os títulos para o departamento jurídico para início do procedimento de cobrança judicial.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 365 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros são reconhecidas no resultado.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

I. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e as suas controladas possuem uma obrigação que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

o. Subvenção e assistência governamental

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, em linha com o período de reporte do crédito pelo regime de competência, onde os ganhos são registrados no grupo de deduções de vendas (impostos incidentes), contra o corrente passivos.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria da Companhia e suas controladas para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas operaram os seguintes segmentos reportáveis durante este ano (i) Fertilizantes Foliares e Produtos Industriais; (ii) Micros de solo; (iii) Produtos Biológicos e (iv) Condicionadores de Solo e Organominerais. Os segmentos estão alinhados com o portfólio de produtos e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia e suas controladas.

q. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e suas controladas, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação.

r. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia e suas controladas estão apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia e suas controladas na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia e suas controladas quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros.

O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Companhia e suas controladas.

s. Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

CPC 26 que introduziu mudanças na forma de tratamento de passivos circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants. Tais alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade. A Companhia deve levar em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

t. Novas Normas Contábeis e Interpretações Ainda Não Efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Vittia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas: operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda. Além disso, será necessário apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs) devem ser divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- São fornecidas orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades deverão utilizar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, à demonstração dos fluxos de Caixa, às divulgações adicionais exigidas para MPMs.

A Vittia também está analisando o impacto sobre o agrupamento das informações nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Vittia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02 / IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 7 (j).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	2.948	185	7.872	1.601
Aplicações financeiras	46.207	77.285	46.601	81.228
	49.155	77.470	54.473	82.829

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente à 100,5% da variação do CDI-CETIP (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2024 (100,5% em 2023), possuindo liquidez diária.

As informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 30.

9 Contas a receber de clientes

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (b), (j) e (k).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes - Mercado interno	295.270	295.463	355.518	322.168
Contas a receber de clientes - Mercado externo	4.842	2.944	4.842	2.944
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 22)	14.308	14.598	-	-
Ajuste a valor presente – AVP	(9.147)	(10.009)	(11.188)	(10.488)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(9.055)	(8.839)	(8.723)	(8.639)
	296.218	294.157	340.449	305.985
Circulante	293.383	292.349	337.383	304.177
Não circulante	2.835	1.808	3.066	1.808

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente, com a taxa média de captação das dívidas de 9,8% ao ano para os saldos de 31 de dezembro de 2024 e 11,4% ao ano para os saldos de 31 de dezembro de 2023.

O Grupo adotou a mensuração da perda de crédito esperada com base em toda a vida dos títulos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa nº 30.

10 Estoques

Veja política contábil na nota explicativa 7 (g).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Produtos acabados	54.629	44.830	56.962	46.426
Produtos em elaboração	29.189	29.936	41.306	42.772
Matéria-prima	36.078	37.855	41.494	47.285
Material de embalagem	15.736	13.536	19.068	16.744
Almoxarifado	1.757	1.678	2.454	2.574
Provisão para perdas nos estoques (i)	-	-	-	(1.464)
	137.389	127.835	161.284	154.337

- (i) Em 22 de novembro de 2023, ocorreu um evento climático que resultou em danos a um armazém da Vittia Organo S.A., acarretando em perdas avaliadas pela Companhia em R\$ 1.464. A Companhia possuía cobertura de seguro para esse evento e recebeu em sua totalidade o valor sinistrado em 2024.

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS	2.458	2.238	3.298	3.661
IPI	3.348	2.866	3.447	2.871
PIS	2.202	1.169	2.440	1.432
COFINS	10.100	9.266	11.228	10.288
	18.108	15.539	20.413	18.252
Circulante	12.757	9.200	14.756	11.496
Não circulante	5.351	6.339	5.657	6.757

O saldo de impostos a recuperar é representado substancialmente por saldo credor de PIS e COFINS. Tais valores são acumulados em virtude da desoneração do ramo de atuação principal da Companhia (produção de insumos agrícolas), que possui alíquota zero nas operações de saídas conforme Lei 10.925/2004.

12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mútuo financeiro com partes relacionadas (Nota 22)	2.559	-	-	-
Mútuo financeiro	136	-	136	-
Adiantamento de comissões	2.174	140	2.716	140
Outros adiantamentos	579	2.496	672	2.971
Despesas a apropriar	1.391	2.298	1.391	2.392
Outras contas a receber	2.999	1.275	3.022	1.277
	9.838	6.209	7.937	6.780
Circulante	8.446	2.924	6.550	3.495
Não circulante	1.391	3.285	1.387	3.285

13 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

Ver política contábil na nota explicativa 7 (f).

a. Impostos correntes ativos e passivos

Ativo fiscal corrente	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ e CSLL pagos (i)	-	-	-	15
IRPJ e CSLL a compensar (ii)	6.577	12.925	7.199	13.504
	6.577	12.925	7.199	13.519

Passivo fiscal corrente	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ a recolher	-	-	5.164	431
CSLL a recolher	-	-	-	-
	-	-	5.164	431

(i) O IRPJ e CSLL pagos serão compensados com o IRPJ e CSLL apurados no encerramento do exercício.

(ii) O IRPJ e CSLL a compensar são valores que foram pagos e serão compensados em exercícios futuros.

b. Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma

Controladora	Ativos		Passivos		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	-
Direito de uso – CPC 06/R2 / IFRS16	874	652	-	-	222	287
Provisão para bônus	1.214	-	-	-	1.214	(1.616)
Provisão para perdas de crédito esperadas	2.948	2.874	-	-	73	(1.579)
Ajuste a valor presente	2.981	3.274	-	-	(293)	(568)
Provisão para contingências	205	16	-	-	188	(25)
Comissões diferidas	1.806	2.002	-	-	(195)	(796)
Amortização intangível	2.666	2.192	-	-	474	714
Depreciação fiscal	-	-	(13.696)	(10.944)	(2.752)	(2.348)
Amortização fiscal de ágio	-	-	(3.354)	(3.197)	(157)	(157)
Complemento de preço – Earn out Biovalens	-	-	-	-	-	(415)
Receita diferida	1.330	5.797	-	-	(4.468)	-
Provisão para incentivo a longo prazo	144	153	-	-	(9)	3.378
	14.169	16.961	(17.050)	(14.140)	(5.702)	95
(*) Compensação	(14.169)	(14.140)	14.169	14.140	-	-
Líquido	-	2.821	(2.881)	-	(5.702)	(3.031)

Consolidado	Ativos		Passivos		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal	13.933	13.660	-	-	273	7.643
Direito de uso – CPC 06/R2 / IFRS16	945	717	-	-	228	314
Provisão para bônus	1.214	-	-	-	1.214	(1.616)
Provisão para perdas de crédito esperadas	2.753	2.722	-	-	31	(1.608)
Ajuste a valor presente	3.256	3.018	-	-	238	(652)
Provisão para contingências	205	16	-	-	188	(25)
Comissões diferidas	1.812	1.845	-	-	(34)	(801)
Amortização intangível	2.666	2.192	-	-	474	714
Depreciação fiscal	-	-	(14.263)	(11.245)	(3.019)	(2.545)
Amortização fiscal de ágio	-	-	(3.354)	(3.197)	(157)	(157)
Complemento de preço – Earn out Biovalens	-	-	-	-	-	(415)
Receita diferida	1.966	-	-	-	(3.782)	3.366
Provisão para incentivo a longo prazo	144	153	-	-	(9)	95
	28.894	30.072	(17.617)	(14.442)	(4.354)	4.312
(*) Compensação	(17.617)	(14.442)	17.617	14.442	-	-
Líquido	11.277	15.630	-	-	(4.354)	4.312

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

c. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	%	86.183	%	100.391	%	93.557	%	94.314
Imposto utilizando alíquota de imposto da controladora	34,00	(29.302)	34,00	(34.133)	(34,00)	(31.809)	(34,00)	(32.067)
Valores não dedutíveis	(0,14)	(117)	(0,15)	(153)	(0,14)	(127)	(127)	(155)
Resultado da equivalência patrimonial	10,15	8.476	(2,47)	(2.482)	-	-	-	-
Receita de subvenção	-	-	19,85	19.925	-	-	22,41	21.137
Prejuízo fiscal acumulado anteriormente	-	-	-	-	3,31	3.012	-	-
Outros	(0,92)	(789)	(1,45)	(1.452)	(0,15)	(144)	(1,26)	(1.192)
Juros sobre o capital próprio	8,72	7.512	14,38	14.437	8,03	7.512	15,31	14.437
Imposto de renda sobre juros de capital próprio	(1,04)	(897)	-	-	(0,96)	(897)	-	-
Incentivo lei do bem	5,34	4.460	0,82	827	4,77	4.460	0,88	827
Ajuste pelo cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	-	-	0,35	330	0,69	446
Total do imposto de renda e contribuição social	(12,37)	(10.657)	(3,02)	(3.031)	(18,88)	(17.663)	5,33	2.989
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5,75)	(4.955)	-	-	(14,23)	(13.309)	(2,36)	(1.323)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6,62)	(5.702)	(3,02)	(3.031)	(4,65)	(4.354)	7,68	4.312

14 Investimentos

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (a).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
BS Transportes Ltda.	17.530	13.939	-	-
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> - Samaritá (i)	7.235	7.235	-	-
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> - Biovalens (i)	2.313	2.313	-	-
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> - Agro21	610	610	-	-
Vittia Paraguay SRL	7.175	2.449	-	-
Vittia Organo S.A.	87.184	53.913	-	-
Mais valia – Vittia Organo (ii)	4.588	6.598	-	-
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> – Vittia Organo (i)	281	281	-	-
Vittia Macro	5.367	6.782	-	-
Mais valia – Vittia Macro (iii)	220	440	-	-
AFAC – Vittia Organo S.A.	4.000	-	-	-
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> - Vittia Macro (i)	2.364	2.364	-	-
Vittia Tecnologias Agrícolas do México	1.238	-	-	-
Mais valia – Agro21 (iv)	61	78	-	-
	140.166	97.002	-	-
Outros investimentos não consolidados				
Outros investimentos	20	20	256	256
	140.186	97.022	256	256

- (i) O valor do ágio por rentabilidade futura também é fundamentado por análises elaboradas por especialistas da Companhia, tal valor será objeto de teste de recuperabilidade de ativo em bases anuais.
- (ii) O valor refere-se à mais-valia do ativo imobilizado, carteira de clientes, marcas e patentes e estoque, conforme laudo técnico de avaliação pelo valor justo desses ativos, emitido por ocasião da aquisição da Vittia Organo S.A.
- (iii) O valor refere-se à mais-valia da carteira de clientes e registro de produtos, conforme laudo técnico de avaliação pelo valor justo desses ativos, emitido por ocasião da aquisição da Vittia Macro Ltda.

Vittia S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024 e 2023*

- (iv) O valor refere-se à mais-valia da carteira de clientes, conforme laudo técnico de avaliação pelo valor justo desses ativos, emitido por ocasião da aquisição da Agro 21 Soluções Aéreas e Agronômicas S.A.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.042
Investimentos	32.967
Provisão para perdas em investimentos	(925)
Equivalência patrimonial	(7.301)
Amortização da mais valia	(2.445)
Aquisição Agro 21	3.396
Aumento de capital	67.000
Ajuste de avaliação patrimonial - Vittia Paraguay S.R.L	(6)
AFAC – Vittia Organo e Vittia Macro (i)	1.000
Aquisição de minoritários	3.180
Resultado da aquisição de participação societária	155
Saldo em 31 de dezembro de 2023	97.022
Equivalência patrimonial	24.930
Amortização da mais valia	(2.249)
Aumento de capital - Vittia México	2.618
Aumento de capital - Vittia Paraguay S.R.L	498
Aumento de capital - Vittia Organo S.A.(i)	13.500
Ajuste de avaliação patrimonial - Vittia Paraguay S.R.L	(133)
AFAC - Vittia Macro S.A. (i)	4.000
Saldo em 31 de dezembro de 2024	140.186

- (i) Em 2024, a controladora Vittia realizou aportes na Vittia Organo no valor de R\$ 13.500 e na Vittia Macro no valor de R\$ 4.000, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). O valor aportado na Vittia Organo já foi convertido em aumento de capital.

Vittia S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024 e 2023*

	Participação	Quantidade de quotas/ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Outras receitas e despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
31/12/2024									
BS Transportes Ltda.	99,9%	2.499.999	18.860	1.330	17.530	39.385	(35.795)	3.590	3.586
Vittia Paraguay SRL	99,9%	999	9.010	1.828	7.182	7.181,00	(3.053)	4.128	4.158
Vittia Organo S.A.	100,0%	3.750.000	107.850	20.664	87.186	78.736	(58.967)	19.769	19.769
Vittia Macro Ltda.	100,0%	33.600	14.163	8.795	5.368	9.621	(11.034)	(1.413)	(1.413)
Vittia México	90,0%	10.000	1.393	1.526	(133)	-	(776)	(776)	(1.170)
									24.930
	Participação	Quantidade de quotas/ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Outras receitas e despesas	Lucro ou (prejuízo)	Equivalência patrimonial (i)
31/12/2023									
BS Transportes Ltda.	99,9%	2.499.999	15.047	1.107	13.940	35.745	(32.678)	3.067	3.064
Vittia Paraguay SRL	99,9%	999	3.895	1.443	2.452	2.917,00	(2.019)	898	898
Vittia Organo S.A.	100,0%	3.750.000	76.795	22.882	53.913	28.466	(38.820)	(10.354)	(10.354)
Vittia Macro Ltda.	100,0%	33.600	5.611	1.512	4.099	3.281	(3.623)	(342)	(342)
Agro 21 Soluções Aéreas e Agronômicas	100,0%	1.889.510	-	-	-	1.685	(2.251)	(566)	(566)
									(7.301)

15 Imobilizado

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (h) / (n).

	Controladora							
	Terrenos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo	8.457	93.967	14.732	953	121.805	5.977	18.863	264.754
Depreciação acumulada	-	(6.998)	(3.606)	(599)	(32.412)	(2.552)	-	(46.167)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.457	86.969	11.126	354	89.393	3.425	18.863	218.587
Transferência (i)	-	13.933	333	-	8.223	-	(24.563)	(2.074)
Aquisições	2.365	481	2.996	501	14.820	1.855	22.801	45.819
Baixas	(34)	-	(34)	(392)	(442)	(10)	(395)	(1.307)
Depreciação no exercício	-	(1.873)	(1.092)	(35)	(6.674)	(838)	-	(10.512)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.788	99.510	13.329	428	105.320	4.432	16.706	250.513
Custo	10.788	108.380	18.028	1.062	144.405	7.822	16.706	307.191
Depreciação acumulada	-	(8.870)	(4.699)	(634)	(39.085)	(3.390)	-	(56.678)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.788	99.510	13.329	428	105.320	4.432	16.706	250.513
Transferência (i)	-	8.316	280	-	10.749	-	(20.251)	(906)
Aquisições	500	-	4.664	612	10.611	331	14.695	31.413
Baixas	(101)	-	(149)	(291)	(122)	(14)	(69)	(746)
Depreciação no período	-	(2.133)	(1.316)	(18)	(8.023)	(836)	-	(12.326)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.187	105.693	16.808	731	118.535	3.913	11.081	267.948
Custo	11.187	116.696	22.823	1.383	165.643	8.139	11.081	336.952
Depreciação acumulada	-	(11.003)	(6.015)	(652)	(47.108)	(4.224)	-	(69.002)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.187	105.693	16.808	731	118.535	3.913	11.081	267.948

Vittia S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024 e 2023*

	Consolidado							
	Terrenos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo	8.457	103.271	15.173	3.504	135.578	6.240	20.784	293.007
Depreciação acumulada	-	(7.225)	(3.644)	(1.516)	(35.332)	(2.655)	-	(50.372)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.457	96.046	11.529	1.988	100.246	3.585	20.784	242.635
Transferência (i)	-	15.197	531	-	9.850	-	(27.797)	(2.219)
Adição por evento societário - Agro 21	-	-	9	581	1.130	43	-	1.763
Aquisições	2.365	485	3.148	2.393	15.347	1.890	24.501	50.129
Baixas	(34)	-	(34)	(959)	(261)	(10)	(229)	(1.527)
Depreciação no período	-	(2.059)	(1.134)	(239)	(7.513)	(889)	-	(11.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.788	109.669	14.049	3.763	118.799	4.618	17.259	278.947
Custo	10.788	118.954	18.827	5.518	161.645	8.164	17.259	341.157
Depreciação acumulada	-	(9.285)	(4.778)	(1.755)	(42.846)	(3.546)	-	(62.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.788	109.669	14.049	3.763	118.799	4.618	17.259	278.947
Transferência (i)	-	8.634	280	-	11.452	-	(21.369)	(1.003)
Aquisições	500	-	4.746	822	11.277	372	15.036	32.753
Baixas	(101)	-	(155)	(291)	(1.592)	(14)	(99)	(2.252)
Depreciação no período	-	(2.337)	(1.369)	(332)	(8.569)	(877)	-	(13.484)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.187	115.966	17.551	3.962	131.367	4.099	10.827	294.961
Custo	11.187	127.588	23.698	6.049	182.783	8.523	10.827	370.654
Depreciação acumulada	-	(11.622)	(6.147)	(2.087)	(51.415)	(4.423)	-	(75.694)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.187	115.966	17.551	3.962	131.367	4.099	10.827	294.961

(i) O saldo remanescente na linha de transferência refere-se a crédito de PIS e COFINS transferidos do ativo imobilizado para a rubrica de impostos a recuperar.

a. Terrenos

A Companhia possui terrenos nas cidades de Artur Nogueira e São Joaquim da Barra, ambas no estado de São Paulo, local onde estão localizados dois dos estabelecimentos filiais.

b. Edificações

A Companhia e as suas controladas possuem edificações nas cidades de São Joaquim da Barra, Serrana, Ituverava e Artur Nogueira, todas no Estado de São Paulo, além de Patos de Minas e Paraopeba no estado de Minas Gerais, locais onde estão localizados os parques industriais dos estabelecimentos fabris.

c. Móveis e utensílios

A Companhia e as suas controladas mantêm estruturas administrativa e laboratorial em todas as suas unidades.

d. Máquinas e equipamentos

São compostos por um grande e variado parque de máquinas e estruturas necessárias a manutenção das atividades operacionais das controladas.

e. Equipamentos de informática

A Companhia e as suas controladas possuem equipamentos para o processamento de dados e infraestrutura de TI necessária para a comunicação entre as unidades.

f. Imobilizado em andamento

Está representado por projetos de expansão e otimização das unidades.

g. Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

16 Direito de uso

Veja política contábil nas notas explicativas 7(h) / (l).

Controladora	Arrendamento Prédios
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>23.204</u>
Depreciação no exercício	(4.653)
Novos arrendamentos (i)	<u>7.810</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>26.361</u>
Depreciação no exercício	(5.519)
Novos arrendamentos	<u>7.175</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>28.017</u>

Consolidado	Arrendamento Prédios
Saldos em 31 de dezembro de 2022	27.221
Depreciação no exercício	(5.417)
Novos arrendamentos (i)	8.204
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.008
Depreciação no exercício	(6.280)
Novos arrendamentos	7.313
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.041

- (i) A Companhia renovou os contratos de arrendamento até junho de 2030 de quatro unidades industriais localizadas em São Joaquim da Barra, Serrana e Ituverava.

17 Intangível - Consolidado

Veja política contábil nas notas explicativas 7(i) / (n).

Controladora	31/12/2024	31/12/2023
Marcas a patentes	200	200
Licenças de software	407	494
	607	694
Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> Samaritá	7.235	7.235
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> Biovalens	2.313	2.313
Mais valia de ativos intangíveis – Marcas e patentes – Vittia Organo	391	912
Mais valia de ativos intangíveis – Carteira de clientes – Vittia Organo	762	2.059
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> Vittia Organo	281	281
Mais valia de ativos intangíveis – Carteira de clientes – JB	167	334
Mais valia de ativos intangíveis – Registro de produtos – JB	53	106
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> JB	2.364	2.364
Marcas a patentes	585	631
Licenças de <i>software</i>	420	509
Mais valia de ativos intangíveis – Carteira de clientes – Agro 21	61	78
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> Agro 21	610	609
	15.244	17.433

Intangível	Ágio	Marcas e Patentes	Licenças de software	Carteira de clientes	Registro de produtos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.194	1.965	331	4.357	106	18.952
Aquisições	609	(11)	178	78	-	855
Amortizações do exercício	-	(410)	-	(1.964)	1	(2.374)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.803	1.543	509	2.471	107	17.433
Aquisições (baixas) do exercício	1	(46)	(90)	(17)	-	(153)
Amortizações do exercício	-	(521)	-	(1.464)	(52)	(2.037)
Saldos em 30 de setembro de 2024	12.804	976	419	990	55	15.244

Testes de recuperabilidade de ágio e intangíveis

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (“*impairment*”) dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por ágio pela expectativa de rentabilidade futura gerado nas aquisições da Samaritá Indústria e Comércio Ltda., Biovalens S.A, Vittia Organo S.A, e Vittia Macro Ltda. A metodologia utilizada é a do fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos, as premissas descritas abaixo:

- (i) **Período de Projeção** - 5 anos (período explícito), adicionados aos fluxos de caixa na perpetuidade (período residual);
- (ii) **Receitas** - Foram projetadas baseando-se nos orçamentos anuais, aprovados pela Administração para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) testadas. A partir de 2024, as taxas de crescimento são compatíveis com o histórico do mercado, em que atuam cada um unidades;
- (iii) **Margem bruta** - São obtidas após a dedução devoluções, impostos e do custo dos produtos vendidos estimados;
- (iv) **Custos diretos e indiretos de fabricação** - Projetados tendo como parâmetros os orçamentos anuais e o desempenho histórico das próprias UGCs;
- (v) **Gastos fixos** - Principalmente àqueles associados à administração das UGCs, são corrigidos monetariamente a partir dos valores orçados para o ano de 2024;
- (vi) **Crescimento no período residual** - Compatível com o despenho do PIB, em termos reais;
- (vii) **Capex** - Foram projetados com base nos orçamentos de investimentos, aprovados para cada UGC, e após, projetou-se investimentos suficientes apenas para a manutenção dos parques fabris;
- (viii) **Taxa de Desconto** - Para trazer os fluxos de caixa projetados aos seus valores presentes, utilizou a metodologia WACC – *Weighted Average Cost of Capital*. As taxas de descontos usadas são dinâmicas, sendo modificadas ao longo do período de projeção para refletir os efeitos inflacionários esperados. A taxa média adotada no período de projeção é de 15,2% ao ano.

A Companhia não identificou perdas dos valores recuperáveis de todos os ativos intangíveis.

18 Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil na nota explicativa 7 (j).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - mercado interno	12.656	12.276	9.380	13.436
Fornecedores - mercado externo	5.803	3.298	5.803	3.298
Fornecedores – Partes relacionadas (Nota 22)	14.668	10.477	-	-
Serviços de terceiros	4.299	4.184	4.500	4.342
Outras contas	<u>4.932</u>	<u>6.788</u>	<u>5.557</u>	<u>6.941</u>
	<u>42.358</u>	<u>37.023</u>	<u>25.240</u>	<u>28.017</u>
Passivo circulante				
Fornecedores	33.127	26.051	15.182	16.734
Outras contas a pagar	<u>9.231</u>	<u>10.972</u>	<u>10.058</u>	<u>11.283</u>
	<u>42.358</u>	<u>37.023</u>	<u>25.240</u>	<u>28.017</u>

19 Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis na nota explicativa 7 (j).

Controladora							
Empréstimos e financiamentos	Moeda	Garantia	Ano de vencimento final	Taxa ponderada de juros a.a.	Indexador	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante							
Capital de giro	BRL	Recebíveis+Hipoteca+Aval	2024/23/24	12,01%	CDI	62.061	9.547
Capital de giro (*)	EUR	Recebíveis+Aval	2024/23/24	-	Variação cambial	-	22.662
Capital de giro (*)	USD	Recebíveis+Hipoteca+Aval	2024/23/24	11,69%	Variação cambial	66.147	61.364
CCB BNDES	BRL	Hipoteca	2040	4,59%	IPCA	3.851	59.736
Total do Passivo Circulante						132.058	153.309
Passivo Não Circulante							
Capital de giro	BRL	Recebíveis + Hipoteca + Aval	2024/23/24	12,01%	CDI	15.165	-
CCB BNDES	BRL	Próprio bem	2040	4,59%	IPCA	52.275	-
Total do Passivo Não Circulante						67.440	-
Total Empréstimos e financiamentos						199.498	153.309

(*) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia utiliza operações de instrumentos derivativos - swap de juros (vide nota 30 para travar as oscilações da variação cambial, com o objetivo de eliminar esses riscos. Desta forma, as referidas linhas de dívida apresentam custo efetivo de (i) Capital de giro Capital de giro (USD): 13,25% a.a.

Consolidado							
Empréstimos e financiamentos	Moeda	Garantia	Ano de vencimento final	Taxa ponderada de juros a.a.	Indexador	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante							
Capital de giro	BRL	Recebíveis + Hipoteca + Aval	2024/23/24	15,55%	CDI	62.059	23.787
Capital de giro (*)	EUR	Recebíveis + Aval	2024/23/24	1,58%	Variação cambial	66.147	22.662
Capital de giro (*)	USD	Recebíveis + Hipoteca + Aval	2024/23/24	1,60%	Variação cambial	-	61.364
CCB BNDES	BRL	Hipoteca	2040	4,60%	IPCA	3.851	59.736
Total do Passivo Circulante						132.058	167.549
Passivo Não Circulante							
Capital de giro	BRL	Recebíveis + Hipoteca + Aval	2024/23/24	15,55%	CDI	15.165	-
CCB BNDES	BRL	Hipoteca	2040	4,60%	IPCA	52.275	-
Total do Passivo Não Circulante						67.440	-
Total Empréstimos e financiamentos						199.498	167.549

(*) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia utiliza operações de instrumentos derivativos - swap de juros (vide nota 30) para travar as oscilações da variação cambial, com o objetivo de eliminar esses riscos. Desta forma, as referidas linhas de dívida apresentam custo efetivo de Capital de giro (USD): 13,25% a.a.

O cronograma de vencimentos dos financiamentos está demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2024	2023
Até 12 meses	132.058	153.309
de 13 a 36 meses	22.294	-
mais de 36 meses	45.145	-
	199.498	153.309
	Consolidado	
	2024	2023
Até 12 meses	132.058	167.549
de 13 a 36 meses	22.294	-
mais de 36 meses	45.145	-
	199.498	167.549

(i) Covenants

A Companhia tem um empréstimo bancário garantido com um valor contábil de R\$56.126 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 59.736 em 31 de dezembro de 2023). Este empréstimo é reembolsável em parcelas dentro de dezoito anos a partir da data de emissão, com a próxima parcela devida em janeiro de 2026. No entanto, o empréstimo contém um covenant financeiro no qual obrigam a manutenção de alguns índices, como dívida sobre EBITDA (EBITDA - Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), distribuição de dividendos e/ou JCP (juros sobre capital próprio) não superior a 30% do lucro do exercício no fim de cada exercício social, caso contrário, o empréstimo será reembolsável sob demanda. A partir de 2025, o contrato sofrerá uma alteração em sua cláusula, estipulando que a limitação à distribuição de proventos em 30% só será aplicável caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a 3x.

No término do exercício de 2023, a Companhia excedeu essa limitação. No entanto, a administração, antecipando essa possibilidade através de suas projeções, solicitou dispensas (waivers) a instituição credora ainda durante o referido exercício. Porém, a Administração não conseguiu obter o waiver até a data de publicação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Consequentemente, o montante de R\$ 55.010, previamente categorizado como passivo de longo prazo foi reclassificado para o curto prazo.

Em 15 de maio de 2024, a Companhia obteve o waiver junto à instituição financeira e classificou a dívida como passivo de longo prazo conforme seus vencimentos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2024, o limite não foi mais excedido e a Companhia cumpriu o covenant. Consequentemente, o empréstimo é classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia espera cumprir os covenants do exercício social dentro de 12 meses após a data do relatório, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio	Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	153.309	38.297	205.846	167.549	38.297	191.606
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos						
Pagamento de empréstimos	(181.580)	-	(195.169)	(195.169)	-	(181.580)
Captação de empréstimos	223.000	-	223.000	223.000	-	223.000
Pagamento de dividendos		(38.191)	(38.191)	-	(38.191)	(38.191)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	41.420	(38.191)	(10.360)	27.831	(38.191)	3.229
Variações dos fluxos de caixa operacional						
Pagamento de juros	(21.671)	-	(22.560)	(22.560)	-	(21.671)
Total das variações nos fluxos de caixa operacional	(21.671)	-	(22.560)	(22.560)	-	(21.671)
Outras variações que não afetam caixa						
Provisão de juros, encargos e variação cambial	26.440	-	26.678	26.678	-	26.440
Dividendos propostos	-	22.094	22.094	-	22.094	22.094
Total das outras variações que não afetam caixa	26.440	22.094	48.722	26.678	22.094	48.534
Saldo em 31 de dezembro de 2024	199.498	22.200	221.699	199.499	22.200	221.698

20 Salários e encargos sociais

Veja política contábil na nota explicativa 7 (d).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários a pagar	4.131	3.929	4.315	4.202
Encargos sociais a recolher	2.929	2.879	3.148	3.127
Provisões de férias e 13.º salário	9.883	9.409	10.343	10.078
Outras obrigações	2	44	9	51
Provisão para bônus	3.571	-	3.571	-
Provisão para incentivo a longo prazo (i)	424	450	424	450
	20.940	16.711	21.810	17.908

Movimentação da provisão para bônus

Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.752
Pagamentos do exercício	(4.752)
Provisão do exercício	5.000
Reversão do exercício	(5.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Pagamento do período	-
Provisão do período	9.368
Reversão do período	(5.797)
Saldo em 30 de setembro de 2024	3.571

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>4.752</u>
Reversão do exercício	(4.752)
Pagamentos do exercício	5.000
Provisão do exercício	<u>(5.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>
Pagamento do período	-
Provisão do período	9.368
Reversão do período	<u>(5.797)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2024	<u>3.571</u>

a. Programa de Incentivo em Ações Virtuais

A companhia regulamentou o Programa de Outorga de Ações Virtuais, instituído como parte do seu Plano de Incentivo Baseado em Ações, aprovado pela Assembleia Geral da Companhia. Este programa, posteriormente validado pelo Conselho de Administração, funciona como um mecanismo de incentivo de longo prazo para os empregados da companhia e de suas sociedades controladas. Visa a:

- (i) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia e suas sociedades controladas;
- (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos empregados, alinhando seus interesses com os dos acionistas da Companhia;
- (iii) possibilitar à Companhia e às suas sociedades controladas a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo, o sentimento de "dono" da Companhia e de suas sociedades controladas por meio de incentivos atrelados às ações da Companhia;
- (iv) premiar os empregados cuja performance, no desempenho das atividades, seja acima do ordinariamente esperado, contribuindo para o crescimento sustentável da Companhia;
- (v) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus empregados na qualidade de Beneficiários de unidades de valor baseadas no valor das ações da Companhia ("Ações Virtuais"); e
- (vi) promover o bom desempenho da Companhia e de suas sociedades controladas e os interesses dos acionistas da Companhia, mediante o comprometimento de longo prazo de seus empregados.

A monetização das Ações Virtuais observará os seguintes prazos de vesting:

- (vii) Lote 1: 33% (trinta e três por cento) sujeitas a um período de carência de 24 meses;
- (viii) Lote 2: 33% (trinta e três por cento) sujeitas a um período de carência de 36 meses;
- (ix) Lote 3: 34% (trinta e três por cento) sujeitas a um período de carência de 48 meses.

Programa de Incentivo em Ações Virtuais – 2022 e 2023

O plano conta com metas de performance. Dessa forma, 50% das ações estão condicionadas apenas à permanência até os prazos de vesting, e outros 50% estão condicionados também ao atingimento de metas de EBITDA de longo prazo pré-estabelecidas. Portanto, o número de ações restritas ao final dos períodos de vesting poderá ser reduzido ou aumentado, dependendo do alcance das metas de EBITDA de longo prazo, conforme estabelecido pelo plano.

Programa de Incentivo em Ações Virtuais – 2024

O plano conta exclusivamente com metas de permanência. Dessa forma, 100% das ações estão condicionadas apenas à permanência até os prazos de vesting.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total de Ações Virtuais outorgadas era de 335.735 (165.107 em 31 de dezembro de 2023).

21 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Impostos retidos	87	87	566	62
ICMS	699	1.223	1.227	1.432
PIS	-	-	25	21
COFINS	-	-	114	96
IRRF a recolher	2.172	2.462	2.202	2.511
Parcelamento Lei 11.941/2009 (i)	-	152	-	152
	2.958	3.924	4.258	4.434
Não circulante				
Parcelamento federal ordinário	-	154	-	289
Total	-	154	-	289
Total	2.958	4.078	4.258	4.723

- (i) A Companhia aderiu ao parcelamento da Lei 11. 941/2009, consolidando saldos de tributos federais apurados no 4º trimestre de 2007 e 3º e 4º trimestres de 2008. O saldo será liquidado em 180 meses, com vencimento final em julho de 2024.

22 Partes relacionadas

a. Controladora final

A Companhia é controlada pela WFR Participações Ltda. e FGR Participações Ltda., cujas participações são de 29,10% e 31,76%, respectivamente.

b. Operações com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração da Companhia e de suas controladas totalizaram o montante em R\$ 6.180 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.587 em 31 de dezembro de 2023).

c. Outras transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de saldo a pagar de juros sobre capital próprio, lucros já provisionados a distribuir, mútuo financeiro com controlada e saldo de passivo de arrendamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				
Mútuo financeiro (Nota 12) (i)	2.559	-	-	-
Contas a receber (Nota 9)	14.308	14.598	-	-
	16.867	14.598	-	-
Passivo circulante				
Juros sobre capital próprio e dividendos a distribuir	22.200	38.297	22.200	38.297
Passivo de arrendamento (ii)	2.359	2.359	2.359	2.359
Fornecedores (Nota 18)	14.668	10.477	-	-
	39.226	51.132	24.559	40.656
Passivo não circulante				
Passivo de arrendamento (ii)	19.808	18.670	19.808	18.670
	19.808	18.670	19.808	18.670
	75.901	84.400	44.367	59.326

- (i) Mútuo financeiro com a controlada Vittia Macro com vencimento final previsto para novembro de 2025.
- (ii) Refere-se ao saldo em aberto dos contratos de arrendamento celebrados com a BS Participações e Empreendimentos Ltda.

Pagamento de passivo de arrendamento

A Companhia pagou para partes relacionadas o total de R\$ 4.361 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente à passivo de arrendamento. Em 2023 o total pago foi de R\$ 4.100.

23 Passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas considera como passivo de arrendamento os contratos de locação predial de suas unidades. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as movimentações são apresentadas a seguir:

	Controladora
Em 31 de dezembro de 2022	24.006
Circulante	3.164
Não circulante	20.842
Pagamento do principal	(3.810)
Pagamento de juros	(2.459)
Juros apropriados	2.459
Adições do exercício	7.811
Em 31 de dezembro de 2023	28.007

	Controladora
Circulante	3.861
Não circulante	<u>24.146</u>
Pagamento do principal	(5.011)
Pagamento de juros	(2.283)
Juros apropriados	2.283
Adições do período	<u>7.319</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>30.315</u>
Circulante	5.872
Não circulante	24.443
	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	<u>28.266</u>
Circulante	3.753
Não circulante	<u>24.513</u>
Pagamento do principal	(4.615)
Pagamento de juros	(2.782)
Juros apropriados	2.782
Adições do exercício	<u>(4.615)</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>31.989</u>
Circulante	4.598
Não circulante	<u>27.391</u>
Pagamento do principal	(5.885)
Pagamento de juros	(2.554)
Juros apropriados	2.554
Adições do período	7.576
Em 31 de dezembro de 2024	<u>33.680</u>
Circulante	4.878
Não circulante	28.802

Em 31 de dezembro de 2024 o perfil de vencimento do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	
	Valor presente	Valor futuro
1 a 12 meses	5.086	7.685
13 a 24 meses	5.127	7.255
25 a 36 meses	5.628	7.255
37 a 48 meses	5.586	6.680
49 a 60 meses	5.113	5.724
Acima de 60 meses	<u>3.775</u>	<u>4.074</u>
	<u>30.315</u>	<u>38.672</u>
Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar (i)		<u>(3.577)</u>

	(2.804)	
Total líquido	27.511	35.095
	Consolidado	
	Valor presente	Valor futuro
1 a 12 meses	5.677	8.456
13 a 24 meses	5.648	7.926
25 a 36 meses	6.180	7.926
37 a 48 meses	6.181	7.360
49 a 60 meses	5.762	6.422
Acima de 60 meses	4.232	4.534
	33.680	42.624
Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar (i)	(3.115)	(3.943)
Total líquido	30.565	38.681

A taxa incremental média ponderada de empréstimos aplicada ao passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024, foi de 9,35%, ao ano (9,35%, em 31 de dezembro de 2023).

- (i) Refere-se ao o direito potencial de créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos do arrendamento calculado com base na alíquota teórica de 9,25%, Esta divulgação visa atender ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ N° 02/2019 e representa apenas uma estimativa, portanto, não constitui efetivamente os créditos que poderão ser tomados pela Companhia e suas controladas no futuro, sendo que quando tal fato ocorrer, os referidos créditos poderão ser materialmente diferentes devido à possibilidade da alíquota efetiva ser diferente da teórica ou o pagamento não estar sujeito a tomada de crédito, por exemplo, por conta de alterações subsequentes na legislação tributária.

24 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento de clientes	1.792	688	1.806	732
Venda com faturamento antecipado	3.946	4.587	3.896	5.575
	5.738	5.275	5.702	6.307

Os valores de adiantamentos recebidos de clientes se referem a recursos adiantados pelos clientes, por mera liberalidade destes, para o fornecimento de produtos acabados em períodos futuros, conforme a necessidade específica de cada cliente.

As controladas realizam operação de venda com faturamento antecipado com a emissão de documentos fiscais contemplando a quantidade total do pedido. As remessas efetivas dos produtos são feitas em momento futuro, de acordo com a programação estabelecida por cada cliente.

25 Provisões para contingências

Veja política contábil na nota explicativa 7 (m).

A Administração da Companhia, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência. A Companhia provisionou o montante de R\$ 602 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 48 em 31 de dezembro de 2023), por entender ser suficiente para cobertura de riscos trabalhistas.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas	602	48
	602	48
	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas	602	48
	602	48

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências envolvendo questões tributárias, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível, mas não provável, totalizando R\$27.019 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 15.285 em 31 de dezembro de 2023).

Para tais contingências, a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas.

Movimentação da provisão para contingências

Controladora

Em 31 de dezembro de 2022	123
Provisões do exercício	-
Reversão do exercício	(75)
Em 31 de dezembro de 2023	48
Provisões do período	707
Reversão do período	(152)
Em 31 de dezembro de 2024	602

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022	123
Provisões do exercício	-
Reversão do exercício	(75)
Em 31 de dezembro de 2023	48
Provisões do período	707
Reversão do período	(152)
Em 31 de dezembro de 2024	602

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 465.641, distribuído em 150.314.018 ações ordinárias (143.049.107 em 31 de dezembro de 2023), todas integralizadas em moeda corrente nacional e subscritas pelos acionistas de forma como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações		Ações	
Acionistas	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Acionistas controladores	95.591.105	63,59%	86.859.665	60,7%
Administradores	4.808.810	3,20%	4.240.086	3,0%
Ações em Circulação	49.609.324	33,00%	51.126.044	35,7%
Ações em Tesouraria	304.779	0,20%	823.312	0,6%
	150.314.018	100,0%	143.049.107	100,00%

Em ata de reunião do conselho de administração realizada em 27 de março de 2024, a conselho da Companhia aprovou o aumento de capital social no valor de R\$ 255.209 para R\$ 465.641, mediante a capitalização da reserva de subvenção no montante de R\$ 210.432 consignados no balanço de 31 de dezembro de 2023.

Em razão dessa capitalização de reservas, foram emitidas 14.064.911 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 10 (dez) ações novas para cada 100 (cem) ações da mesma espécie que possuíam na data-base.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou do saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.

Reserva de lucros

A reserva de lucros foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ao final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Juros sobre capital próprio

Conforme deliberação da assembleia em 18 de outubro e 27 de dezembro de 2024 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas, e a imputação de tal valor ao dividendo mínimo previsto no artigo 38 do estatuto social da Companhia. O cálculo dos juros sobre capital próprio foi efetuado conforme demonstrado abaixo, tendo como base as contas do patrimônio líquido de 2024:

	2024	2023
Capital social	465.640	255.209
Reservas de lucros	101.854	162.232
Reserva de subvenção	-	151.828
Reserva de subvenção capitalizada anteriormente	(210.431)	-
Reserva legal	15.762	13.824
Outras contas do patrimônio líquido	(2.737)	-
Total do patrimônio líquido	370.087	583.093
Taxa de juros de longo prazo - TJLP	6,6828%	7,2823%
Juros sobre capital próprio	24.732	42.462
IR Retido	(2.638)	(4.270)
Valor líquido	22.094	38.192

d. Reserva de subvenção

Conforme nota explicativa nº 7, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e da contribuição social, proveniente das operações de venda de insumos agropecuários promovidas pela controladora e suas controladas.

Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Lei nº. 14.789/2023, fruto de conversão em lei da Medida Provisória nº. 1.185/2023, que alterou o regime de tributação federal dos incentivos fiscais de ICMS.

A partir de 1º de janeiro de 2024 não é mais permitida a exclusão dos valores de subvenções para investimentos das bases de cálculos do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), diante da revogação do artigo 30, da Lei nº. 12.973/2014, dos artigos 19, caput, inciso V e 38, § 2º, do Decreto-Lei nº 1.598/1977 e dos artigos 1º, § 3º, inciso X e 1º, § 3º, inciso IX, das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente.

Em ata de reunião do conselho de administração realizada em 27 de março de 2024, o conselho da Companhia aprovou o aumento de capital social no valor de R\$ 255.209 para R\$ 465.641, mediante a capitalização da reserva de subvenção no montante de R\$ 210.432 consignados no balanço de 31 de dezembro de 2023.

e. Ações em tesouraria

A Companhia concluiu em 6 de fevereiro de 2024 o 2º programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de junho de 2023 e divulgado em Fato Relevante no mesmo dia.

Em 7 de fevereiro de 2024, a Companhia deu início ao 3º Programa de Recompra de Ações. O objetivo do programa é adquirir ações próprias para permanecer em tesouraria, ser canceladas ou posteriormente alienadas no mercado. Isso visa maximizar a geração de valor para os acionistas, incluindo a possibilidade de utilizar as ações para planos de opção de compra de ações, fusões e aquisições. A quantidade de ações a serem adquiridas está limitada a 4.500.000 de ações ordinárias, representando 3,2% do total de ações emitidas e 9,01% das ações em circulação. O prazo para realizar as operações é de 12 meses, a partir de 7 de fevereiro de 2024.

A Diretoria da Companhia determinará a oportunidade e a quantidade exata de ações a serem adquiridas, observando os limites e prazos estabelecidos pelo Conselho de Administração e a legislação aplicável.

Em 7 de fevereiro de 2024 e 4 de outubro de 2024, a Companhia divulgou o cancelamento de 2.400.000 e 4.400.000 ações mantidas em tesouraria no valor de R\$ 20.853 e 24.696 que foram adquiridas no âmbito do 1º e 2º programa de recompra de ações da Companhia, sem redução do capital social, contra os saldos das reservas de lucro disponíveis.

Durante o ano de 2024, a Companhia adquiriu 39.590 ações no montante de R\$ 6.361.

O capital social da Companhia não foi alterado em decorrência do cancelamento de ações, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 150.314.018 ações ordinárias.

A tabela a seguir demonstra a movimentação das operações com ações em tesouraria realizadas no período:

	R\$	Quantidade
Em 31 de dezembro de 2022	(6.845)	(728.997)
Recompra de ações – 2ª programa	(4.289)	(397.700)
Transferência - Programas de incentivo (nota 22g)	1.446	128.601
Transferência - Aquisição de participação	2.204	174.784
Em 31 de dezembro de 2023	(7.484)	(823.312)
Recompra de ações – 3ª programa	39.590	(6.361.400)
Cancelamento de ações em tesouraria	(45.549)	6.800.000
Programa de incentivo atrelado a ações – ações restritas	(648)	117.820
Vesting exercidas durante o período	(45)	7.174
Capitalização	-	(45.061)
Em 31 de dezembro de 2024	(832)	(304.779)

f. Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações e na média ponderada de ações em circulação.

	Consolidado	
	2024	2023
Resultado atribuído aos detentores de ações	75.894	97.360
Média ponderada de ações em circulação	149.437	142.226
Resultado do período básico e diluído por ação	0,51	0,68

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o prejuízo básico e diluído por ação é equivalente.

g. Programa de incentivo de ações restritas, com performance

A Companhia regulamentou o 2.º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – Ações Restritas, instituído no âmbito do Plano de Incentivo Baseado em Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral da Companhia em 3 de março de 2021. Este Programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de setembro de 2023, sendo um mecanismo de incentivo de longo prazo para os diretores e empregados da Companhia, das sociedades coligadas e controladas.

O programa visa:

Aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia;

Reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados da Companhia, que mantenham vínculo estatutário ou de emprego com a Companhia, alinhando seus interesses com os dos acionistas;

Possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo, a oportunidade de se tornarem acionistas e incentivar o sentimento de “dono” da Companhia nos diretores e empregados;

Estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de suas metas empresariais, bem como a consecução de seus objetivos sociais, alinhado aos interesses de seus acionistas, por meio do comprometimento de longo prazo de certos administradores e empregados elegíveis da Companhia que venham a ser beneficiários e fazer jus à concessão dos incentivos no âmbito do Programa;

Promover o bom desempenho da Companhia e os interesses de seus acionistas, mediante o comprometimento de longo prazo de seus diretores e empregados.

O programa conta com metas de performance. Assim, a monetização de 30% das ações outorgadas está condicionada apenas à permanência até os prazos de vesting, e os outros 70% estão condicionados ao atingimento de metas de EBITDA de longo prazo pré-estabelecidas. Dessa forma, o número de ações restritas ao final do vesting poderá ser reduzido ou aumentado, dependendo do alcance das metas de EBITDA de longo prazo, conforme estabelecido pelo plano.

O programa estabelece que a transferência das Ações será realizada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de celebração do contrato de participação com o beneficiário. Após a transferência, o beneficiário outorga à Companhia uma opção de compra sobre 70% (setenta por cento) das ações transferidas. A opção de compra poderá ser exercida pela Companhia ao longo do período de restrição, nos seguintes termos:

Em até 24 (vinte e quatro) meses da Data da Outorga, a Companhia poderá exercer a Opção de Compra com relação a 33% das Ações, caso a meta de EBITDA do ano subsequente à adesão ao programa não tenha sido alcançada;

Em até 36 (trinta e seis) meses da Data da Outorga, a Companhia poderá exercer a Opção de Compra com relação a 33% das Ações, caso a meta de EBITDA do segundo ano subsequente à adesão ao programa não tenha sido alcançada; e

Em até 48 (quarenta e oito) meses da Data da Outorga, a Companhia poderá exercer a Opção de Compra com relação a 34% das Ações, caso a meta de EBITDA do terceiro ano subsequente à adesão ao programa não tenha sido alcançada.

No exercício findo em 31 dezembro de 2023, foram transferidas, das ações em tesouraria, 19.826 ações aos beneficiários do programa de 2022 e 108.775 referente ao programa de 2023, totalizando 128.601 ações. A transferência gerou um resultado de alienação de ações de R\$160.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram transferidas, das ações em tesouraria, 117.820 ações aos beneficiários do programa de 2024. A transferência gerou um resultado de alienação de ações de R\$ 27.

27 Receita líquida

A Companhia utiliza a estrutura conceitual da norma para reconhecimento de receita, que se baseia no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho em contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista em contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho for satisfeita.

A receita é reconhecida quando não há obrigação de desempenho a ser cumprida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para as vendas *Free on Board* (FOB), a receita é reconhecida quando o cliente, por conta própria, veículos, realiza a coleta do produto nas unidades da Companhia; e, para vendas de custo, seguro e frete (CIF), a receita é reconhecida somente após os produtos serem entregues no local estabelecido pelo cliente, que tem a capacidade de determinar a maneira como serão usados e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, reembolsos e descontos.

A Companhia e suas subsidiárias geram receita principalmente com a venda dos seguintes produtos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fertilizantes foliares	349.082	357.216	390.764	359.480
Micro de Solo	170.339	155.329	165.050	155.576
Produtos Industriais e Outros	33.863	27.021	36.544	27.107
Inoculantes	46.779	83.030	57.547	83.233
Condicionadores de solo e Organominerais	22.262	19.733	35.713	48.597
Defensivos Biológicos	191.086	157.296	200.459	165.057
Total da receita:	813.412	799.624	886.077	839.049

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta	813.412	799.624	884.929	839.049
Menos:				
Impostos sobre vendas	(27.098)	(30.028)	(34.682)	(34.941)
Devoluções e abatimentos	(39.268)	(24.974)	(41.643)	(25.478)
Ajuste a valor presente – AVP	(19.447)	(21.620)	(23.133)	(22.521)
Total da receita contábil	727.599	723.002	786.619	756.109

As solicitações de devoluções e abatimentos são analisadas individualmente pela Companhia através de ferramenta específica de gestão de não conformidades – GNC, que possui alçadas eletrônicas de aprovação. Nesse sistema são imputados os motivos que justificam os pedidos, e após análise dos setores de produção, qualidade, logística, comercial e financeiro, a decisão é tomada no sentido de se prosseguir ou não com o processo. A Companhia não possui nenhuma obrigação contratual de receber produtos em devolução. Os indicadores de performance do volume de devoluções e abatimentos são constantemente monitorados pela diretoria de negócios e pelo comitê financeiro.

28 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matéria prima e insumos diretos	(377.093)	(327.386)	(380.385)	(344.693)
Despesas com pessoal	(127.509)	(113.373)	(134.896)	(121.623)
Gastos gerais de fabricação	(29.346)	(31.631)	(34.298)	(37.306)
Fretes sobre vendas	(33.841)	(35.692)	(38.431)	(36.831)
Outras receitas (despesas)	(22.501)	(20.678)	(24.818)	(23.826)
Depreciação e amortização	(19.794)	(18.018)	(21.907)	(20.248)
Comissão sobre vendas	(17.730)	(18.584)	(18.722)	(19.090)
Outras despesas com vendas	(22.617)	(26.548)	(23.274)	(27.324)
Serviços prestados por terceiros	(18.790)	(25.502)	(20.950)	(28.046)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(216)	2.185	(358)	2.268
Aluguéis	(308)	(276)	(338)	(414)
	(669.745)	(615.503)	(698.377)	(657.131)
Classificado como				
Custo das vendas	(501.084)	(448.562)	(520.828)	(480.926)
Despesas com vendas	(77.112)	(80.924)	(79.735)	(82.157)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(216)	2.185	(358)	2.268
Despesas administrativas e gerais	(92.718)	(90.097)	(100.319)	(98.573)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.386	1.895	2.864	2.257
	(669.745)	(615.503)	(698.377)	(657.131)

29 Resultado financeiro líquido

Ver política contábil na nota explicativa 7 (e).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros ativos	2.678	2.715	2.707	2.725
Ajuste a valor presente	20.415	23.290	22.539	24.437
Descontos obtidos	204	324	207	330
Rendimentos aplicações financeiras	2.609	5.403	3.126	6.066
Variação cambial ativa (i)	3.825	17.214	3.828	26.170
Instrumentos financeiros líquidos	8.450		8.450	
	38.181	48.947	40.857	59.728
Despesas financeiras				
Juros passivos	(18.062)	(29.927)	(18.553)	(39.946)
Descontos concedidos	(1.796)	(5.251)	(2.096)	(5.338)
IOF	(260)	(250)	(320)	(256)
Outras despesas financeiras	(3)	(40)	(464)	(78)
Variação cambial passiva (i)	(14.661)	(2.009)	(14.702)	(2.013)
Instrumentos financeiros líquidos	-	(11.277)	-	(16.762)
	(34.782)	(48.754)	(36.135)	(64.393)
Resultado financeiro líquido	3.399	193	4.723	(4.664)

- (i) Os empréstimos contratados na modalidade 4131 geraram ao final do período de doze meses findo em 31/12/2024, variação cambial ativa no valor de R\$ 10.965 no consolidado e R\$ 10.965 na controladora. Em 2023 o total foi de R\$ 7.144 no consolidado e R\$ 4.522 na controladora,

30 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora			Valor contábil		Valor justo	
Ativo financeiro	Classificação	Nível	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	II	4.155	-	4.155	-
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	49.155	77.470	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	296.218	294.157	-	-
Outros créditos	Custo amortizado	-	9.837	6.209	-	-
			359.365	377.836	4.155	-
Passivo financeiro						
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	II	107	9.942	107	9.942
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	II	199.498	153.309	163.876	163.876
Fornecedores e outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	II	42.358	37.023	42.358	37.023
			241.963	200.274	206.341	210.841

Vittia S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024 e 2023*

Consolidado			Valor contábil		Valor justo	
Ativo financeiro	Classificação	Nível	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	II	4.155	-	4.155	-
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	54.473	82.829	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	340.449	305.985	-	-
Outros créditos	Custo amortizado	-	7.937	6.780	-	-
			407.014	395.594	4.155	-
Passivo financeiro						
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	II	107	10.116	107	10.116
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	II	199.498	167.549	177.925	177.925
Fornecedores e outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	II	25.240	28.017	25.240	28.017
			224.845	205.682	203.272	216.058

(i) Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b. Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Swaps de taxa de juros	Modelos de swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.	Não aplicável.

(*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito;
- (ii) Risco de liquidez; e
- (iii) Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites, As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas, A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia e as suas controladas possuem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, possuindo essa prática como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A gestão de risco de crédito da Companhia é determinada pela política de crédito e pela política financeira e seus respectivos comitês.

A política de crédito determina quais os documentos e procedimentos o Comitê de Crédito deve seguir para determinar se o cliente que está sendo analisado tem, ou não, capacidade financeira de cumprir com as obrigações que querem contratar. Essa análise preliminar já evita futuros riscos com relação aos nossos recebíveis.

A política financeira determina as regras que o Comitê Financeiro seguirá com relação a gestão financeira da Companhia. Essa gestão tem por objetivo, além de outros, analisar e encontrar eventuais descasamentos que podem causar riscos à saúde financeira da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Garantias

A Companhia e as suas controladas mantêm a totalidade de sua carteira de clientes (duplicatas) em garantia às operações de Capital de Giro, a uma razão entre 40% e 70% do saldo devedor. Também apresenta bens e equipamentos em garantia aos financiamentos para sua aquisição (FINAME/BNDES).

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.155	77.470	54.473	82.829
Instrumentos financeiros	30	4.155	-	4.155	-
Contas a receber de clientes	9	296.218	294.157	340.449	305.985
Outros créditos	12	9.837	6.209	7.937	6.780
		359.365	377.836	407.014	395.594

Perdas por redução no valor recuperável

As despesas (receita) com constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito esperadas foram registradas na rubrica “Provisão para perdas de crédito esperadas”, na demonstração do resultado do exercício. A análise das contas a receber de clientes, por vencimento, é assim apresentada:

	2024	2023
A Vencer	342.589	314.185
Vencidas:		
Até 30 dias	1.373	963
De 31 a 60 dias	734	142
De 61 a 90 dias	80	38
De 91 a 180 dias	3417	339
Mais de 180 dias	<u>12.167</u>	<u>9.445</u>
	<u>17.771</u>	<u>10.927</u>
	<u>360.360</u>	<u>325.112</u>

Abaixo o percentual de perdas esperadas por idade de vencimento:

	2024	2023
A Vencer	0,40%	0,49%
Vencidas:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	42,50%	-
De 91 a 180 dias	15,39%	92,04%
Mais de 180 dias	55,76%	71,73%

A composição do valor de perdas esperadas por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	2024	2023
A Vencer	1.379	1.552
Vencidas:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	34	-
De 91 a 180 dias	526	312
Mais de 180 dias	<u>6.784</u>	<u>6.775</u>
	<u>8.723</u>	<u>8.639</u>

As perdas de crédito esperadas representam uma estimativa ponderada por sua probabilidade da diferença durante a vida remanescente do instrumento financeiro, entre: (i) Valor presente dos fluxos de caixa de acordo com o contrato e (ii) Valor Presente dos fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Para apuração das perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e suas controladas apuram as perdas de crédito esperadas utilizando-se de estatística de perdas por segmento de cliente para os últimos seis anos.

Os títulos que encontram em análise pelo departamento jurídico da Companhia recebem análises individualizadas a fim de se apurar a estimativa do valor recuperável de acordo com os requisitos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>13.484</u>
Provisões do exercício	(2.185)
Reversão do exercício	<u>(2.460)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>8.839</u>
Provisões do exercício	2.235
Reversão do exercício	<u>(2.019)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>9.055</u>

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>13.367</u>
Provisões do exercício	(2.267)
Reversão do exercício	<u>(2.461)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>8.639</u>
Reversão do período	2.686
Provisões do período	<u>(2.601)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>8.723</u>

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia e suas controladas acreditam que, conforme indicado acima, a provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

(ii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e suas controladas utilizam de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas têm como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

Controladora	2024				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	33.127	33.127	33.127	-	-
Empréstimos e financiamentos	199.498	203.693	134.835	22.763	46.095
Outras contas a pagar	9.231	9.231	9.231	-	-
Passivo de arrendamento	30.315	32.780	5.224	9.037	18.519
Total passivo	272.171	278.831	182.417	31.800	64.613
Controladora	2023				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	26.051	26.051	26.051	-	-
Empréstimos e financiamentos	153.309	159.078	101.052	7.569	50.458
Passivo de arrendamento	10.972	10.972	10.972	-	-
Outras contas a pagar	28.007	32.780	5.224	9.037	18.519
Total passivo	218.339	228.881	143.299	16.606	68.976

Consolidado	2024				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	15.183	15.183	15.183	-	-
Empréstimos e financiamentos	199.498	203.693	134.835	22.763	46.095
Outras contas a pagar	10.057	10.057	10.057	-	-
Passivo de arrendamento	33.680	38.128	6.086	9.037	23.004
Total passivo	258.418	267.061	166.162	31.800	69.099
Consolidado	2023				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	16.734	16.734	16.734	-	-
Empréstimos e financiamentos	167.549	179.974	119.904	7.835	52.234
Passivo de arrendamento	11.283	11.283	11.283	-	-
Outras contas a pagar	31.989	38.128	6.086	9.037	23.004
Total passivo	227.555	246.118	154.007	16.872	75.239

(iii) *Risco de mercado*

As principais culturas agrícolas que estamos expostos como soja, milho, café, algodão, laranja são considerados **commodities** agrícolas e tem seus preços definidos em dólar no mercado internacional. O preço das **commodities** agrícolas no mercado internacional afeta diretamente a rentabilidade dos produtores agrícolas. Um patamar alto de preço favorece a expansão do mercado agrícola e consequentemente a demanda pelos nossos produtos, já preços comprimidos dessas commodities tem o efeito inverso. Alguns dos nossos produtos são essenciais para a produção agrícola e não podem deixar de ser usados, porém, um cenário de rentabilidade comprimida ao produtor vai reduzir o crescimento do mercado e também a disposição em investir em novas tecnologias.

A Administração acompanha o mercado e as suas oscilações de forma permanente, em que há consideráveis reflexos nos preços em razão da produção mundial de **commodities**, visando a minimizar este risco, a Companhia e as suas controladas procuram se antecipar aos movimentos de mercado, utilizando como principal mecanismo as proteções de preços de **commodities**.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas preponderantemente decorrente de suas importações e da contratação de instrumentos financeiros.

A Administração gerencia, analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão da contração de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo ou possam eventualmente gerar qualquer risco adicional.

Para a proteção dos riscos de variações cambiais são utilizadas operações de derivativos, substancialmente “swap” cambial e NDF (“non deliverable forward”). Os NDFs geralmente são utilizados para gerenciar a exposição cambial de balanço, ou seja, o descasamento entre ativos e passivos operacionais (contas a receber e contas a pagar) denominados em dólar. Já os “swaps” são usualmente contratados dentro de uma operação conhecida no mercado como “4131 swapada”. Nessas operações a Companhia contrata uma dívida em moeda estrangeira (dólar ou euro) junto à uma instituição financeira e ao mesmo tempo contrata um swap para troca dessa obrigação em moeda estrangeira (ponta ativa para a Companhia) para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, acrescido de um spread (ponta passiva para a Companhia). Essas operações são tomadas junto a mesma contraparte e tem casamento de valores e datas de vencimento. Os “swaps” são classificados como derivativos de valor justo e seu resultado contabilizado como ganhos (perdas) com derivativos e as dívidas em moeda estrangeira são classificadas como empréstimos e financiamentos e o resultado da variação cambial e do juros classificado como despesa financeira.

Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 compreendem operações em dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

	Em dólares	
	2024	2023
Ativo	2.106	1.216
Passivo	(11.619)	(14.515)
Exposição bruta do balanço patrimonial	(9.513)	(13.298)
<i>Notional</i> de derivativos cambiais	10.481	12.537
Exposição líquida	968	(762)

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adota três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente.

A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos e euros, com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2024, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Risco de câmbio	5%	25%	50%
Dólar cenário base	6,827	9,676	13,933
Cenários e níveis de preço	6,5019	7,7404	9,2885
	BRL/USD	BRL/USD	BRL/USD
Ativo	13.693	16.301	19.562
Passivo	(75.547)	(89.938)	(107.926)
<i>Notional</i> de derivativos cambiais	68.146	81.126	97.352
Exposição líquida	6.291	7.490	8.988

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas incorrerem em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia e as suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreados em CDI, de forma que quaisquer resultados, oriundos da volatilidade desses indexadores, não incorram em nenhum impacto significativo.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de suas controladas eram:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Instrumentos de taxa fixa					
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	-
Exposição de taxa fixa		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Instrumentos de taxa variável					
Caixa e equivalentes de caixa	9	49.155	77.470	54.473	82.829
Passivo de arrendamento		(30.315)	(28.007)	(33.680)	(31.989)
Swaps		4.155	(9.942)	4.155	(10.116)
Empréstimos e financiamentos	20	(199.498)	(153.309)	(199.498)	(167.549)
Exposição de taxa variável		<u>(176.503)</u>	<u>(113.788)</u>	<u>(174.550)</u>	<u>(126.825)</u>
Exposição total a taxa de juros		<u>(176.503)</u>	<u>(113.788)</u>	<u>(174.550)</u>	<u>(126.825)</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir, O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas, Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

			Controladora									
			Cenários									
	Exposição 31/12/2024	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros - Aplicações	46.207	Aumento CDI	11,68	5.397	14,60	6.746	17,52	2.698	8,76	(1.350)	5,84	(2.699)
Total dos ativos financeiros	<u>46.207</u>			<u>5.397</u>		<u>6.746</u>		<u>2.698</u>		<u>(1.350)</u>		<u>(2.699)</u>
Passivos Financeiros - Capital de giro	(143.373)	Aumento CDI	11,68	(16.746)	14,60	(20.933)	17,52	(25.119)	8,76	(12.560)	5,84	(8.373)
Passivos Financeiros - Capital de giro	(56.125)	Aumento IPCA	4,22	(2.368)	5,28	(2.961)	6,33	(3.553)	3,17	(1.776)	2,11	(1.184)
Passivo de arrendamento	(30.315)	Aumento IPCA	4,22	(1.279)	5,28	(1.599)	6,33	(1.919)	3,17	(959)	2,11	(640)
Passivos Financeiros - Swaps	<u>4.078</u>	Aumento CDI	11,68	<u>476</u>	14,60	<u>595</u>	17,52	<u>715</u>	8,76	<u>357</u>	5,84	<u>238</u>
Total dos passivos financeiros	<u>(225.994)</u>			<u>(19.917)</u>		<u>(24.898)</u>		<u>(29.876)</u>		<u>(14.938)</u>		<u>(9.959)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>(14.520)</u>		<u>(18.152)</u>		<u>(27.178)</u>		<u>(16.288)</u>		<u>(12.658)</u>

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Controladora												
Cenários												
Exposição 31/12/2023	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%		
		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativos Financeiros - Aplicações	77.285	Aumento CDI	11,65	9.004	14,56	11.255	17,48	4.502	8,74	(2.252)	5,83	(4.502)
Total dos ativos financeiros	77.285			9.004		11.255		4.502		(2.252)		(4.502)
Passivos Financeiros - Capital de giro	(93.573)	Aumento CDI	11,65	(10.901)	14,56	(13.627)	17,48	(16.352)	8,74	(8.176)	5,83	(5.451)
Passivos Financeiros - Capital de giro	(59.736)	Aumento IPCA	4,62	(2.760)	5,78	(3.450)	6,93	(4.140)	3,47	(2.070)	2,31	(1.380)
Passivo de arrendamento	(33.680)	Aumento IPCA	4,62	(1.421)	5,78	(1.777)	6,93	(2.132)	3,47	(1.066)	2,31	(711)
Passivos Financeiros - Swaps	(9.942)	Aumento CDI	11,65	(1.158)	14,56	(1.448)	17,48	(1.737)	8,74	(869)	5,83	(579)
Total dos passivos financeiros	(191.258)			(16.113)		(20.142)		(24.170)		(12.085)		(8.057)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(7.109)		(8.887)		(19.668)		(14.337)		(12.559)

Consolidado												
Cenários												
Exposição 31/12/2024	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%		
		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativos Financeiros - Aplicações	46.601	Aumento CDI	11,68	5.443	14,60	6.804	17,52	8.164	8,76	4.082	5,84	2.721
Total dos ativos financeiros	46.601			5.443		6.804		8.164		4.082		2.721
Passivos Financeiros - Capital de giro	(143.373)	Aumento CDI	11,68	(16.746)	14,60	(20.932)	17,52	(25.119)	8,76	(12.559)	5,84	(8.373)
Passivos Financeiros - Capital de giro	(56.125)	Aumento IPCA	4,22	(2.368)	5,28	(2.961)	6,33	(3.553)	3,17	(1.776)	2,11	(1.184)
Passivo de arrendamento	(33.680)	Aumento IPCA	4,22	(1.421)	5,28	(1.777)	6,33	(2.132)	3,17	(1.066)	2,11	(711)
Passivos Financeiros - Swaps	4.078	Aumento CDI	11,68	476	14,60	595	17,52	714	8,76	357	5,84	238
Total dos passivos financeiros	(229.100)			(20.059)		(25.075)		(30.090)		(15.044)		(10.030)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(14.616)		(18.271)		(21.926)		(10.962)		(7.309)

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
 Demonstrações financeiras
 individuais e consolidadas
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023

			Consolidado									
			Cenários									
	Exposição 31/12/2023	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros - Aplicações	81.228	Aumento CDI	11,65	9.463	14,56	11.829	17,48	14.195	8,74	7.097	5,83	4.732
Total dos ativos financeiros	81.228			9.463		11.829		14.195		7.097		4.732
Passivos Financeiros - Capital de giro	(107.813)	Aumento CDI	11,65	(12.560)	14,56	(15.700)	17,48	(18.840)	8,74	(9.420)	5,83	(6.280)
Passivos Financeiros - Capital de giro	(59.736)	Aumento IPCA	4,62	(2.760)	5,78	(3.450)	6,93	(4.140)	3,47	(2.070)	2,31	(1.380)
Passivo de arrendamento	(33.680)	Aumento IPCA	4,22	(1.421)	5,28	(1.777)	6,33	(2.132)	3,17	(1.066)	2,11	(711)
Passivos Financeiros - Swaps	(10.116)	Aumento CDI	11,65	(1.179)	14,56	(1.473)	17,48	(1.768)	8,74	(884)	5,83	(589)
Total dos passivos financeiros	(229.100)			(20.059)		(25.075)		(30.090)		(15.044)		(10.030)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(14.616)		(18.271)		(21.926)		(10.962)		(7.309)

Fonte: As informações do CDI foram extraídas da base da Cetip. TJLP retiradas da Receita Federal e IPCA obtidas junto ao IBGE. Todos os índices com a data base do último dia útil de cada exercício.

Contrato de pagamentos líquidos ou similares

O Grupo contrata operações de derivativos com base em contratos padrão da *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA) que prevêem pagamentos líquidos. Em geral, com base nesses contratos, os direitos e obrigações de cada contraparte em um mesmo dia em relação a todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único montante líquido que é pago por uma parte para a outra. Em certas circunstâncias, por exemplo, quando um evento de crédito tal como inadimplência ocorre, todas as transações em aberto sob esse contrato são encerradas, o valor da liquidação é apurado e um único montante líquido é pago para liquidação de todas as transações.

Tais contratos da ISDA não atendem aos critérios para compensação de saldos no balanço patrimonial. Isso porque atualmente o Grupo não possui nenhum direito legal atualmente executável para compensar os montantes reconhecidos, porque o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito. A tabela abaixo indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

- (i) **Instrumentos derivativos cambiais:** A exposição cambial da Companhia refere-se às operações da controladora e das controladas. Os valores abaixo compõem o saldo de *Notional* apresentado acima:

		Em dólares	
Modalidade	Contraparte	31/12/2024	31/12/2023
SWAP Cambial	Banco Citibank S.A.	-	3.842
SWAP Cambial	Banco Itaú Unibanco S.A.	6.811	4.817
SWAP Cambial	Banco Santander S.A.	-	3.877
SWAP Cambial	Banco Bradesco S.A.	-	-
SWAP Cambial	Banco ABC S.A.	-	-
SWAP Cambial	Banco Votorantim S.A.	3.670	-
		10.481	12.537

		Em euros	
Modalidade	Contraparte	2024	2023
SWAP Cambial	Banco Itaú Unibanco S.A.	4.155	3.613
		4.155	3.613

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para negociação e são classificados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, no ativo e passivo circulante.

Operações em aberto

	Controladora	
	2024	2023
Ativo circulante		
Swap cambial	4.155	-
Ativo circulante		
NDF	4.155	-
Passivo circulante		
Swap cambial	107	9.942
	107	9.942
	Consolidado	
	2024	2023
Ativo circulante		
Swap cambial	4.155	-
	4.155	-
Passivo circulante		
Swap cambial	107	10.116
	107	10.116

(iv) *Gerenciamento de capital*

A gestão de capital da Companhia e de suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. Também há foco no incremento do valor do negócio a longo prazo tanto para os acionistas, como para empregados e clientes, com objetivo de manter a sustentabilidade dos resultados através de crescimento constante.

A Companhia busca gerir seus recursos a fim de assegurar adequada remuneração de seu capital e equilíbrio financeiro. Para tal é realizado o planejamento e análise dos investimentos, despesas, receitas, resultados, dívidas, entre outras variáveis.

A dívida da Companhia e de suas controladas para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Gestão de capital				
Total do passivo	327.597	292.690	318.261	305.385
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(49.155)	(77.470)	(54.473)	(82.829)
(=) Dívida líquida ajustada	278.442	215.220	267.778	222.556
Total do patrimônio líquido (b)	634.772	620.370	634.917	620.372
Relação dívida líquida ajustada sobre capital ajustado (a/b)	0,44	0,35	0,42	0,36

31 Informações por segmento

A Companhia e suas controladas operaram os seguintes segmentos reportáveis durante este ano (i) Fertilizantes Foliares e Produtos Industriais; (ii) Micros de solo; (iii) Produtos Biológicos e (iv) Condicionadores de Solo e Organominerais. Os segmentos estão alinhados com os produtos e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia.

A administração determinou que o Conselho de Administração é o CODM. O CODM recebe e revisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros dos negócios e toma decisões estratégicas sobre a adoção de estratégias de tecnologia e marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada.

Nenhum cliente individualmente ou de forma agregada foi responsável por mais que 10% das receitas líquidas da Companhia.

Os ativos e passivos, as despesas gerais e administrativas, as outras receitas (de despesas), líquidas, o resultado financeiro e o imposto de renda e a contribuição social são analisados de forma conjunta e, por isso, não estão sendo apresentados por segmentos de negócio.

Os resultados por segmento são demonstrados a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Fertilizante s foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
Receita líquida	388.485	151.230	214.044	32.860	786.619
Custo dos produtos vendidos	(274.386)	(140.882)	(67.054)	(38.506)	(520.828)
Resultado segmentado	114.099	10.348	146.990	(5.646)	265.791
Despesas com vendas					(79.233)
Provisão para perdas de crédito esperadas					(358)
Despesas administrativas e gerais					(100.229)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas					2.864
Financeiras líquidas					2.084
Imposto de renda e contribuição social					(15.025)
Lucro líquido	114.099	10.348	146.990	(5.646)	75.303

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
Receita líquida	351.291	140.395	219.446	44.977	756.109
Custo dos produtos vendidos	(240.909)	(124.137)	(61.903)	(53.977)	(480.926)
Resultado segmentado	110.382	16.258	157.543	(9.000)	275.183
Despesas com vendas	-	-	-	-	(82.157)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	2.268
Despesas administrativas e gerais	-	-	-	-	(98.573)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	2.257
Financeiras líquidas	-	-	-	-	(4.664)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	2.989
Lucro líquido	110.382	16.258	157.543	(9.000)	97.303

A receita líquida de cada segmento, por área geográfica, é demonstrada a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
Sudeste	143.579	32.401	70.266	29.639	275.886
Centro-Oeste	128.597	49.617	83.967	317	262.499
Nordeste	68.807	59.732	18.352	2.813	149.703
Norte	19.951	5.476	25.136	-	50.563
Sul	25.190	2.392	10.002	91	37.675
Exterior	2.361	1.612	6.320	-	10.293
Total	388.485	151.230	214.044	32.860	786.619

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
Sudeste	141.110	24.834	75.650	37.484	279.078
Centro-Oeste	114.884	52.216	86.669	5.287	259.056
Nordeste	52.811	56.321	19.968	2.150	131.250
Sul	19.044	1.314	23.311	1	43.670
Norte	22.074	5.362	10.798	55	38.289
Exterior	1.368	348	3.050	0	4.766
Total	351.291	140.395	219.446	44.977	756.109

O total de ativo imobilizado por segmento é demonstrado abaixo:

	2024	2023
Fertilizantes foliares e produtos industriais	97.806	94.111
Micros de Solo	14.286	13.766
Produtos biológicos	150.038	138.848
Condicionadores de solo e Organominerais	29.724	28.847
	291.854	275.572
Outros ativos	3.107	3.375
	294.961	278.947

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras (DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09)

Declaramos, na qualidade de diretores da Vittia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com sede na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, na Av. Marginal Esquerda, 1.000, Distrito Industrial, CEP 14.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 45.365.558/0001-09, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Joaquim da Barra, 13 de março de 2025.

Wilson Fernando Romanini
Diretor Presidente

Alexandre Del Nero Frizzo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores Sobre o Parecer dos Auditores Independentes (DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09)

Declaramos, na qualidade de diretores da Vittia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com sede na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, na Av. Marginal Esquerda, 1.000, Distrito Industrial, CEP 14.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 45.365.558/0001-09, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Joaquim da Barra, 13 de março de 2025.

Wilson Fernando Romanini
Diretor Presidente

Alexandre Del Nero Frizzo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Anexo da Ata da Reunião do Comitê de Auditoria de 10 de março de 2025

O Comitê de Auditoria Estatutário da Vittia S.A. (B3: VITT3) (“Companhia” ou “Vittia”), localizada na Avenida Marginal Esquerda, nº 1.000, Distrito Industrial, CEP 14600-000, na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, de acordo com calendário anual de reuniões, previamente discutido e aprovado por seus membros, realizou reuniões ordinárias trimestrais para análise de assuntos de sua competência.

A atuação do Comitê no ano de 2024 foi focada nas seguintes atribuições:

- (i) Na análise e no acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Externa (“Auditoria Externa”, “auditores externos”, ou “KPMG”) quanto aos trabalhos relacionado às demonstrações contábeis e relatórios financeiros;
- (ii) na análise dos aspectos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas;
- (iii) no exame das práticas relevantes utilizadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras; e
- (iv) no acompanhamento dos trabalhos da gestão da Companhia, com a finalidade de aperfeiçoamento de seu desempenho em função das recomendações da Auditoria Externa.

No exercício de suas atividades regulamentares, dentre outras, destacaram-se:

1. Análise dos termos das ITR - Informações Trimestrais de Resultados e das DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas relativas aos exercícios sociais anteriores, previamente à sua publicação;
2. Análise do Plano Anual da Auditoria Externa;
3. Acompanhamento do trabalho de auditores externos;
4. Reuniões periódicas com a Administração para entender questões relevantes;
5. Suporte, no âmbito do escopo do Comitê, ao Conselho de Administração da Companhia;

6. Auxílio ao Conselho de Administração na definição dos padrões de qualidade dos relatórios financeiros e dos controles internos; e
7. Análise dos assuntos que eram objetos de deliberação no Conselho de Administração pertinentes ao Comitê e recomendações que auxiliem os conselheiros na tomada de decisão.

Na apreciação do Comitê, a forma e as ações adotadas para monitorar os sistemas de controles internos e administração de riscos, em seus aspectos relevantes, estão em processo de evolução satisfatória, com a sugestão de reorganização, criação e reforço interno e/ou externo das estruturas frente a novas demandas.

Com base nos exames e nas informações fornecidas pela Companhia, o Comitê avaliou que houve objetividade e independência nos trabalhos dos Auditores Externos, e que não identificou situações que pudessem afetá-las. Avalia como satisfatória a qualidade do corpo técnico e gerencial da Companhia e os resultados apresentados por seus trabalhos.

Conforme informado pela Administração da Companhia, as denúncias de descumprimento de normas têm o adequado tratamento de controle, avaliação e correção. Este Comitê se mantém continuamente informado quanto a procedimentos de investigações que a Companhia ou seus representantes porventura sejam alvos.

Este Comitê não obteve registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que apontasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que, pela sua materialidade, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a credibilidade e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos Auditores Externos independentes, assim como seu respectivo parecer, este Comitê de Auditoria, por unanimidade, entendeu que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Vittia em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), à legislação societária brasileira às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e recomenda:

- a) o encaminhamento para a análise do Conselho de Administração; e
- b) à Assembleia Geral para deliberação.

São Joaquim da Barra, 10 de março de 2025.

Ricardo Reisen de Pinho

Ocimar da Silva

Paulo Reis